

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

JORNALISMO

Santa Marta 2.0: investigando a Internet como meio de auto-representação dos espaços populares do Rio de Janeiro

NATHÁLIA RONFINI DE ALMEIDA LIMA

RIO DE JANEIRO

2013

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**Santa Marta 2.0: investigando a Internet como meio de auto-
representação dos espaços populares do Rio de Janeiro**

Monografia submetida à Banca de Graduação
como pré-requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social / Jornalismo.

NATHÁLIA RONFINI DE ALMEIDA LIMA

Orientadora: Prof^a. Dra. Raquel Paiva de A. Soares

RIO DE JANEIRO

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Santa Marta 2.0: investigando a Internet como meio de auto-representação dos espaços populares do Rio de Janeiro**, elaborada por Nathália Ronfini de Almeida Lima.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Prof^ª. Dra. Raquel Paiva de Araújo Soares
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Emérito Dr. Muniz Sodré de Araújo Cabral
Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação – UFRJ

Prof. Dr. Nemézio Clímico Amaral Filho
Doutor em Comunicação e Cultura pelo PPGCOM /UFRJ
Departamento de Comunicação – UNESA

RIO DE JANEIRO

2013

FICHA CATALOGRÁFICA

RONFINI, Nathália.

Santa Marta 2.0: investigando a Internet como meio de auto-representação dos espaços populares do Rio de Janeiro.
Rio de Janeiro, 2013.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação
– ECO.

Agradecimentos

Antes de tudo, preciso agradecer aos meus pais, Rosângela Rocha Ronfini e João de Almeida Lima Filho, por terem feito questão de investir o quanto puderam na minha educação. Mãe, você me ensinou a amar o jornalismo, desde que me entendo por gente, sem que isso tenha sido uma imposição. Pai, eu lembro que foi difícil te convencer de que era possível viver dessa profissão e lembro mais ainda como foi lindo ver você falando aos amigos, todo orgulhoso, que tinha uma filha jornalista.

Preciso também agradecer aos meus dois irmãos, Felipe Ronfini e Viviane Ronfini. Tinho, obrigada por sempre me lembrar de que não adiantava correr de um lado para o outro, estudar e trabalhar feita louca, sem pensar em minha saúde. Vivi, obrigada por me ensinar que cuidar da minha aparência não é futilidade e sim uma importante maneira de expressar o amor que tenho por mim mesma e pela vida.

Ainda no âmbito familiar, agradeço aos meus padrinhos, Maria Régia Chagas Rocha e Nelson Chagas, por sempre acreditarem no meu potencial e por rezarem por mim todos os dias. À avó, Maria da Penha Dias Lima, agradeço pelo aconchego e por todo o suporte (potinhos de feijão, roupas passadas, bolos fofinhos ...).

Ao meu amado, Luã Angelo, agradeço pela compreensão, principalmente nos últimos meses, e o pelo companheirismo de sempre. Nesses momentos é que descobrimos quem queremos ter do nosso lado por muito, muito tempo.

Aos amigos do LECC, sua grata pelos momentos lindos que dividimos ao longo dos meus quatro anos de pesquisa no laboratório. Marcello Gabbay, Pablo Laignier, Lilian Saback, Fernanda Pereira, Verônica Maia, Ricardo Moraes e Thais Barcellos, vocês me ajudaram a subir muitos dos degraus dessa subida que é a graduação. Em especial, expresso minha gratidão e admiração pela minha orientadora muito querida, Raquel Paiva, que tão gentilmente me privilegiou ao dividir seu conhecimento comigo, e pelo mestre Muniz Sodré, por ser uma inspiração, o exemplo de grande pesquisador que eu preciso seguir. Ao professor Nemézio Amaral Filho, preciso dizer, muitas vezes, “obrigada!” por me dizer as coisas que preciso ouvir, mesmo quando não gosto do que escuto. Entendo o gesto como a forma mais sincera de cuidado e preocupação.

Da ECO, levo no meu coração o amigo Leonardo Jordão, não só pelas caronas, mas pela disposição em sempre colaborar.

Ao meu primeiro editor, Coryntho Baldez, sou muito grata pelo ótimo exemplo de profissional de um jornalista correto, competente e profundamente humano que ele foi para mim.

Não poderia esquecer do amigo Rafael Mendes, a quem sou imensamente grata por dividir as angustias da primeira experiência profissional, a monografia e o final da faculdade, mesmo que a distância física estivesse separando quem a Web. 2.0 manteve aproximados.

Na TIM, agradeço ao companheiro Philippe Scipion e às companheiras Karine Santos, Christiane Vieira, Ana Carolina Guedes e Consuelo Magalhães por me apoiarem com docinhos, carinhos e palavras amigas. Também quero registrar o meu “muito obrigada” às chefes queridas Maria da Glória Rubião, Sonia Gonzalez e Berenice Meneses, por compreenderem e apoiarem minhas atividades acadêmicas.

Finalmente, gostaria de agradecer a todos aqueles que, com o suor do trabalho honesto, pagaram seus impostos. Pelo menos uma parte deles eu garanto foi bem versada na minha educação e na de muitos outros colegas da UFRJ. Por isso, entendo que devemos ter o compromisso de retribuir trabalhando em projetos e iniciativas que, de alguma forma, tragam retorno à sociedade.

RONFINI, Nathália. **Santa Marta 2.0: investigando a Internet como meio de auto-representação dos espaços populares do Rio de Janeiro.**

Orientadora: Raquel Paiva de Araújo Soares. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

RESUMO

A grande mídia parece não representar os grupos marginalizados, ou quando o faz, mostra essas populações de maneira alegórica ou diluída. As reais reivindicações dos moradores de espaços populares não têm espaço na grande imprensa. A Internet, por meio dos recursos da Web 2.0, tem oferecido formas baratas e cada vez mais acessíveis de produzir veículos em que esses discursos ignorados pela grande mídia possam ser veiculados. Com a expansão do acesso à Internet no Santa Marta, localizado na Zona Sul do Rio de Janeiro, por meio do sinal *wireless* gratuito, celulares, *lan houses* e do Telecentro Comunitário do Santa Marta, diversos veículos comunitários estão sendo criados. Um dos de maior destaque foi a Rádios Santa Marta, que além de ser transmitida por frequência modular, funcionava *online*, desde sua fundação. Entretanto, a rádio foi fechada pela Polícia Federal, sem que houvesse um mandato judicial para tanto, e teve seu transmissor apreendido. Esse tipo de repressão às rádios comunitárias tem se repetido nos últimos anos e, durante os governos presidenciais do PT, intensificou-se ainda mais.

Palavras-chave: Comunicação Comunitária, Rádios Comunitárias, Auto-representação, Web 2.0.

Sumário

1. Introdução	8
2. Tecnologias de comunicação e informação pós 2ª Revolução Industrial	11
2.1 Aceleração das tecnologias de informação e comunicação	11
2.2 O rádio no mundo e no Brasil	16
2.3 A era digital e o rádio	18
2.4 As primeiras rádios comunitárias	19
3. A Comunicação Comunitária e as experiências no rádio	22
3.1 Por um conceito de Comunicação Comunitária	22
3.2 Aspectos legais das rádios comunitárias	24
3.3 Rádios “no ar” x Rádios “nas redes”	28
3.4 Panorama atual da Comunicação Comunitária no Brasil	33
4. Comunicação Comunitária digital no Morro Santa Marta: auto-representação em rede	38
4.1 Política de repressão às rádios comunitárias dos governos Lula e Dilma Russeff	39
4.2 Panorama dos veículos comunitário no Morro Santa Marta	46
4.3 Acesso à Internet x inclusão digital no Morro Santa Marta	50
4.4 Rádio Santa Marta como instrumento de auto-representação	52
5. Conclusão	56
6. Referências Bibliográficas	59
7. Anexo: fotos de visita de campo	70

1. Introdução

Esta pesquisa pretende investigar o uso das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs), mais especificamente por meio dos recursos interativos da Web 2.0 como forma de auto-representação para os moradores de espaços populares – termo pensado por Jailson de Souza e Silva, coordenador do Observatório de Favelas¹ – mais especificamente os do Morro Santa Marta.

A escolha e o tratamento das pautas pelos grandes jornais e telejornais têm se mostrado verdadeiras imposições, que apresentam o que grandes grupos de comunicação pretendem mostrar ao público como "realidade". A opinião dos moradores geralmente aparece de forma diluída e fragmentada. Na maior parte das vezes, apenas são colocadas como uma maneira de legitimar o discurso jornalístico vigente. Como a mídia hegemônica parece não produzir conteúdos jornalísticos (representações discursivas) sobre a favela com os quais os moradores se sintam de fato identificados, os veículos comunitários se mostram como uma opção para que as questões de interesse comunitário sejam abordadas e discutidas.

Com a expansão do acesso à Internet no Santa Marta, por meio do sinal *wireless* gratuito, celulares, *lan houses* e do Telecentro Comunitário do Santa Marta, acredita-se na hipótese de que novas iniciativas estejam florescendo e suscitando discussões que não estão abordadas pela mídia hegemônica. Uma dessas possibilidades é a Rádios Santa Marta, objeto empírico desta pesquisa, que além de ser transmitida por frequência modular, funcionava *online*. Entretanto, apenas o acesso à Internet parece não garantir que seu uso seja ativo (produzir conteúdo ao invés de apenas receber).

Como as rádios são os únicos veículos comunitários sistematicamente perseguidos no Brasil, será feita uma investigação sobre os motivos da repressão por parte do Estado e será analisado se a Internet pode ser um espaço alternativo ou definitivo para que essas emissoras possam funcionar com liberdade e, assim, experimentar novas possibilidades de trocas com o público da comunidade local ou de comunidades virtuais que, diante da rádio, possa se formar.

No segundo capítulo, “**Tecnologias de comunicação e informação pós 2ª Revolução Industrial**”, logo no início, será feita uma retrospectiva histórica dos meios

¹Disponível em: http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/acervo/view_text.php?id_text=10. Acesso em: 24/04/2013.

de comunicação a partir das duas primeiras revoluções industriais para que seja entendida a evolução das NTICs, já que o computador e a Internet são produtos de um acumulado de descobertas feitas século após século.

Na segunda metade do capítulo dois, será abordada a questão das primeiras rádios digitais e das primeiras rádios comunitárias. Em ambos os casos, será bastante complicado apontar quais são as reais experiências pioneiras, já que diversas experiências de cada um desses recursos começaram a florescer, quase que simultaneamente, em momentos em que a tecnologia e as necessidades humanas convergiram para que se tornassem possíveis.

No terceiro capítulo, “**A Comunicação Comunitária e as experiências no rádio**”, inicialmente será feita a conceituação do que é Comunicação Comunitária. Logo em seguida, acontecerá um aprofundamento sobre as questões técnicas e conceituais sobre as rádios *online* por meio de comparações entre estas e as emissoras comunitárias no ar, no sentido de mostrar as vantagens e desvantagens de cada um desses meios quanto aos aspectos legais, financeiros, culturais e técnicos. A tensão se instalará principalmente na questão da popularidade das rádios no ar versus as possibilidades de inovação e liberdade das rádios na Web. Ao final do capítulo, será feito um breve apanhado da situação da atual Comunicação Comunitária, principalmente por meio dos grupos universitários que seguem essa linha de pesquisa e pelas organizações que dão suporte técnico/intelectual/ideológico para que os veículos comunitários, sejam eles de qualquer tipo, possam dar voz aos moradores de espaços populares e aos demais grupos que não se sintam representados pela grande mídia.

Já no capítulo quatro, “**Comunicação Comunitária digital no Morro Santa Marta: auto-representação em rede**”, será dado foco sob o objeto desta pesquisa, o caso da Rádio Santa Marta como instrumento de auto-representação dos moradores da favela Santa Marta. Durante os seis meses de funcionamento da emissora, operou de maneira híbrida, transmitindo o mesmo conteúdo pelo ar e pela Internet e, após o fechamento pela Polícia Federal e pela Agência Nacional de Telecomunicação (Anatel), continuou a transmitir na Web durante um mês. Nesse capítulo, também será investigada a situação da inclusão digital no Morro Santa Marta e se os moradores simplesmente ganharam um acesso privilegiado quanto às demais favelas do Brasil ou se também foi feito um trabalho de inclusão digital para que o grupo pudesse fazer um uso crítico da rede. O fato de haver acesso à Internet por meio da rede sem fio, de *lan*

houses e do telecentros comunitários não garante que necessariamente os membros daquela comunidade saibam usar a Internet a seu favor e não se percam por conteúdos vazios e por caminhos viciados dos grandes portais ou “portais-currais”, segundo termos de André Lemos (2000)². No capítulo, também será abordada a situação pela qual têm passado as rádios comunitárias no Brasil, inclusive por meio de gráficos e análises percentuais, para que se possa entender se essa questão tem avançado, se ela manteve estagnada ou se houve pioras quanto à repressão das emissoras dessa modalidade, após a promulgação da Lei 9.612/98, que rege a radiodifusão comunitária, e durante os governos presidenciais do Partido dos Trabalhadores (PT).

Para tanto, esta pesquisa beberá de fontes que são referência na Comunicação Comunitária no Brasil, como Raquel Paiva, Cicília Peruzzo e João Paulo Malerba. Para dar conta das questões históricas tecnológicas, recorrer-se-á principalmente a nomes como Peter Burke & Asa Briggs, Trevor I. Williams, Mario Ferraz Sampaio e Lucia Miranda Costa. Com relação às questões conceituais da Internet, foram muito caros à esta pesquisa os textos de Manuel Castells, Pierre Lévy e Tim O’Rail.

Para averiguar a hipótese de que os recursos da Web 2.0 estão oferecendo uma alternativa de auto-representação aos moradores do Morro Santa Marta, esta monografia será desenvolvida através de entrevistas de campo com moradores do Morro Santa Marta, principalmente com aqueles envolvidos com veículos comunitários locais, tendo como método da etnoreportagem (AMARAL FILHO, 2011)³ aliado ao olhar da Comunicação Comunitária sobre o tema proposto. Além das entrevistas pessoais, acontecerá a interação por meio de redes sociais. E pela própria natureza da pesquisa, a maior parte das referências virá de páginas dos veículos pesquisados e de trabalhos acadêmicos publicados na rede.

²Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/portais.html>. Acesso em: 24/03/2013.

³Quem primeiro cunhou este nome para o método foi o professor emérito Muniz Sodré.

2. Tecnologias de comunicação e informação pós-2ª Revolução Industrial

Com o advento das duas primeiras revoluções industriais e, posteriormente com o desenvolvimento das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs), os meios de comunicação se multiplicaram, ganharam complexidade e assumiram diversas faces. Neste capítulo, recebem destaque a imprensa à vapor, o telégrafo, o rádio, os computadores e, finalmente a Internet.

Os meios de comunicação não ofereciam grandes possibilidades interativas até a segunda metade do século XX, quando a Internet foi criada e desenvolvida. Entretanto, até a criação da *World Wide Web*, a rede mundial de computadores estava restrita aos programadores e pesquisadores. Com o conceito de WWW, a Internet ficou mais amigável para os usuários comuns (SOUZA, 1999)⁴. Entretanto, apenas com o desenvolvimento da Web 2.0, a Internet que passou a oferecer reais possibilidades interativas a novos atores sociais, que puderam não só contribuir com a alimentação do conteúdo nas redes sociais (O'RAIL, 2005)⁵ como também passam a ter a chance de criar seus próprios conteúdos, por meio de seus próprios blogs, rádios *online*, entre outras tantas possibilidades.

2.1 Aceleração das tecnologias de informação e comunicação

Com a Primeira e a Segunda Revolução Industrial, a produção manufatureira foi substituída pela fabril e, finalmente, foi possível produzir em larga escala. Com a comunicação não foi diferente. Os periódicos que antes eram feitos com tipos móveis, de maneira quase artesanal e com o número bastante limitado de exemplares, no início do século XIX, na transição da primeira para a Segunda Revolução Industrial, começaram a ser impressos com maior rapidez e em larga escala pelas grandes máquinas à vapor, de forma que passou a ser possível criar jornais massivos. Junto com a velocidade dos novos tempos e com as cidades efervescendo, o jornalismo passou a

⁴Disponível em: <http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rle/article/view/295/261>. Acesso em 23/02/2013.

⁵Disponível em: <http://oreilly.com/pub/a/web2/archive/what-is-web-20.html?page=1>. Acesso em: 15/02/13.

atender à demanda por informações sobre o tempo, os acontecimentos locais e mundiais e também pelos assuntos do cotidiano. O jornalismo passava a compartimentalizar a realidade em seções.

Caracterizando a chegada da Segunda Revolução Industrial, no século XIX, a energia elétrica transpôs laboratórios de pesquisa e pôde, finalmente, chegar às grandes massas urbanas. Nesse período, foram desenvolvidos o telégrafo e, posteriormente, o rádio, que possibilitaram que as informações se desprendessem da limitação territorial e puderam atravessar os continentes.

O impacto desses inventos foi tão grande que, em alguns casos, localidades foram ligadas pelas linhas de telégrafo antes mesmo do que por trilhos de trem. Foi a assim em Melbourne, na Austrália, onde a ligação por telégrafo entre o Porto Melbourne e a cidade precedeu em seis meses o contato por trem (BRIGGS & BURKE, 2006).

De acordo com Briggs & Burke (2006), o desenvolvimento da telegrafia, assim como diversos outros avanços na física, não podem ser creditados a apenas um cientista:

As principais invenções na telegrafia, assim como em muitos outros campos, aconteceram em países diferentes, de formas independentes, em um processo cumulativo no qual não havia um inventor único. Também não houve um cientista único associado à teoria do eletromagnetismo, apesar de André-Marie Ampère (1775-1836), que desenvolveu na França o trabalho do dinamarquês Hans Christian Oersted (1775-1851), ter dado seu nome à unidade do elemento de corrente do circuito elétrico. Na Grã-Bretanha, James Clerk Maxwell (1831-74) formulou, em 1864, as equações matemáticas básicas relativas ao que veio a ser chamado de campo eletromagnético. (Ibidem, p.139)

No século XX, as tecnologias da comunicação deram um salto com o advento da Primeira e da Segunda Guerra Mundial. Nesse período, houve avanços que vão desde a criação do primeiro computador digital eletrônico, o Eniac, que ocupava uma sala de nove metros por 30 e pesava 28 toneladas⁶ até a criação da Internet, dos computadores pessoais, que pesavam alguns quilos e dos smartphones com telas de toque sensível – o primeiro deles, Simon, da IBM, lançado em 1993⁷.

O Eniac (Electronic Numerical Integrator Analyzer and Computer), projetado pelo físico John William Mauchly e pelo engenheiro elétrico John Presper Eckert, na

⁶Disponível em: <http://www.ufpa.br/dicas/net1/int-h194.htm>. Acesso em: 02/12/2012.

⁷Disponível em: <http://research.microsoft.com/en-us/um/people/bibuxton/buxtoncollection/detail.aspx?id=40>. Acesso em: 02/12/2012.

Universidade de Pensilvânia, começou a ser construído, em 1943, para fins militares. O objetivo era que a máquina atuasse na quebrar códigos de comunicação e elaboração de tabelas de tiro de artilharia afim de que os soldados no campo de batalha pudessem mirar seus canhões, com precisão, mesmo em situações adversas de vento e temperatura. Entretanto, o computador só pôde ser apresentado oficialmente em fevereiro 1946, para os cálculos de avaliação da praticidade da bomba de hidrogênio, quando a Segunda Guerra Mundial já havia acabado e começava a Guerra Fria. O Eniac permaneceu ativo até 1955, quando, já obsoleto, foi atingido por um raio⁸.

A programação do grande computador digital eletrônico, que executava 5 mil operações por segundo, era feita através de 6 mil chaves manuais com a entrada de dados por meio de cartões de cartolina perfurados, que armazenavam poucas operações cada um. Por conta do funcionamento por sistema decimal, muito mais exposto a oscilações do que o sistema binário, a cada cinco minutos era necessário fazer a troca de uma das válvulas 17.468 válvulas termiônicas. Com aproximadamente 70 mil resistências, 10 mil capacitores e 1.500 relês, o Eniac pesava 28 toneladas, ocupava uma área de 72 m² e consumia em torno de 150 kilowatts de energia. Um bom exemplo do avanço da informática é que, desde a década de 1970, uma simples máquina de calcular portátil consegue fazer mais operações que o Eniac⁹ e exige apenas uma pilha tamanho A e, atualmente, custa menos de três reais¹⁰.

Assim como o computador digital eletrônico, a Internet também foi desenvolvida para fins militares. No contexto da Guerra Fria, o governo norte americano criou, em 1958, a Arpa (Advanced Research Project Agency), como uma forma de resposta ao lançamento do primeiro satélite artificial, o Sputnik, feito pela União Soviética, no ano anterior (BRIGGS & BURKE, 2006). Com os avanços da potência rival, os Estados Unidos precisavam de uma rede de informações descentralizada, de forma que se houvesse um ataque em seus territórios, informações confidenciais se tornariam menos vulneráveis: era a Arpanet, lançada em setembro 1969 (CASTELLS, 2001). A Arpa funcionava na Universidade da Califórnia (UCLA) e coordenava o Command and Control Research (CCR), cujo o trabalho se baseava na

⁸ Disponível em: <http://www.ufpa.br/dicas/net1/int-h194.htm>. Acesso em: 02/12/2012

⁹ Disponível em: <http://www.ufpa.br/dicas/net1/int-h194.htm>. Acesso em: 02/12/2012.

¹⁰ Disponível em: http://compare.buscapi.com.br/proc_unico?id=11&ordem=prec. Acesso em 04/12/2012. Consulta de preços feita no site Buscapé.

utilização do *batch processing* – processamento de transmissão de dados por pacotes diferidos, que eram remontados quando chegavam ao endereço do destinatário¹¹.

No mesmo ano em que a Arpanet foi lançada, mais exatamente em 29 de outubro, ocorreu o envio da primeira mensagem entre dois computadores situados em lugares diferentes. Entretanto, o e-mail semelhante ao que conhecemos foi criado em apenas 1971. Naquele ano, Ray Tomlinson desenvolveu os primeiros programas para envio de correios eletrônicos em rede, através da Arpanet, além da implantação da arroba (@) para separar o *login* do utilizador do domínio do servidor (ZAMITH, 2009)¹².

Após interligar os principais centros de pesquisa dos Estados Unidos, o próximo passo foi a conexão da Arpanet com as demais redes, começando pelas que administrava, a PRNET e a SATANET. “Isso introduziu um novo conceito: a rede de redes” (CASTELLS, 2001, p. 25)¹³.

Já na década de 1970, o governo norte-americano liberou a Arpanet para que pudesse ser usada em universidades. Com o aumento do número de conexões, na década de 1980, foi necessário dividir a rede em Milnet, usada apenas para fins militares, e Arpanet, que seria destinada apenas ao uso nas universidades. Com mais liberdade na rede, pesquisadores e alunos puderam acessar os estudos sobre a Arpanet e assim pensar em aperfeiçoamentos para a conexão de dados.

O conceito da *World Wide Web* (www ou simplesmente *web*), uma rede em que todos os computadores estivessem conectados a todos os outros e que pudessem compartilhar conteúdo, sem que essa grande teia tivesse um dono e, assim, pudesse ser aberta e livre, foi pensado por Tim Berners-Lee, em 1989, mas apenas em meados da década de 1990 passou a ter relevância. Esse mesmo pesquisador também pensou nos hiperlinks – palavras e símbolos que contêm arquivos dentro deles e/ou fazem redirecionamento para uma outra página (WILLIAMS, 2009).

Outro conceito importante para entender-se a evolução da Internet é o de Web 2.0, criado por Tim O’Rail durante um *brainstorm* com a empresa MediaLivre e, posteriormente, apresentado ao público na primeira *Web. 2.0 Summit*, conferência

¹¹Disponível em: <http://piano.dsi.uminho.pt/museuv/INTERNET.PDF>. Acesso em 01/01/2013.

¹²Disponível em: http://www.dn.pt/inicio/ciencia/interior.aspx?content_id=1401633&seccao=Tecnologia&page=-1. Acesso em 01/01/2013.

¹³Tradução nossa. Texto original: “Esta posibilidad introdujo un nuevo concepto: lared de redes.”

realizada desde 1994 pela empresa O’Rail Media¹⁴. De acordo O’Rail (2005), essa segunda geração da Web, surgida em 2001, logo após bolha da Internet ou “bolha das pontocom”¹⁵ – quando apenas as empresas que investiam em recursos para que os visitantes de suas páginas e aplicações pudessem não só interagir, como colaborar adicionando conteúdo – conseguiram não só resistir ao estouro da bolha como também, a partir de então, prosperaram e sobrepujaram as páginas e portais que se restringiam aos recursos da Web 1.0.

Sempre na vanguarda com relação à adoção de novas tecnologias na sua fabricação, o jornalismo passou por grandes transformações tanto nos seus meios de produção como em suas características intrínsecas. Embora os computadores conectados à Internet e, posteriormente, os recursos da Web 2.0, tenham oferecido maior facilidade na redação dos textos e tenham possibilitado novos meios de apuração e técnicas de reportagem, como a Reportagem Assistida por Computador (RAC), a demanda por agilidade na apuração de novas notícias cresceu exponencialmente.

É notório que o jornalismo adquiriu nova fisionomia nos últimos anos a partir do processo acelerado de transformações pelo qual a sociedade vem passando. As redações sejam no suporte impresso, por transmissão ou on-line, convivem com as novas tecnologias em diferentes estágios (...) Paralelamente, há que se considerar a sobrecarga de informação, como peça chave para compreensão deste panorama, uma vez que a informação é a matéria prima dos jornalistas e vive-se um momento denominado por muitos autores como a Sociedade da Informação (VIRÍSSIMO, 2008, p.3)¹⁶.

No século XXI, com a expansão dos recursos da Web 2.0 e a criação de grandes redes sociais como Facebook; Twitter; MSN Messenger¹⁷; My Space; Hi5; Orkut e LinkedIn, o jornalismo precisou penetrar em novos meios e adaptar seu formato para continuar perto de seus leitores e atrair as novas gerações, tão ligadas às NTICs.

¹⁴ Disponível em: <http://www.web2summit.com/web2011/public/content/about>. Acesso em 15/02/2013.

¹⁵ A Bolha da Internet aconteceu no final dos anos 1990 de século passado, quando o mercado passou por um período de otimismo exagerado acerca do potencial dos negócios na rede. A bolha estourou em 2000, quando a falta de consistência de algumas empresas de negócio *online* ficou evidente. Várias das empresas que eram consideradas grandes apostas de retorno financeiro faliram em poucos dias, nesta época. (TAS 2005 *apud* SANTOS, 2005). Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2237/88649.pdf?sequence=2>. Acesso em: 16/02/13.

¹⁶ Disponível em: http://www.lapjor.cce.ufsc.br/home/index.php?option=com_k2&view=item&id=149:apura%C3%A7%C3%A3o-jornal%C3%ADstica-na-internet-potencialidades-e-limites&Itemid=22. Acesso em 28/11/2012.

¹⁷ Messenger que está sendo descontinuado em detrimento do Skipe. Informação disponível em: <http://info.abril.com.br/noticias/tecnologia-pessoal/microsoft-deve-anunciar-fim-do-msn-esta-semana-05112012-40.shl>. Acesso em 5/12/2012.

Talvez o maior dilema que o jornalismo sofra, no momento, é a dualidade entre veículos impressos, televisão e rádio versus veículos digitais – a velha e a nova mídia em processo de convergência.

2.2 O rádio no mundo e no Brasil

Com avanços na física, como a descoberta matemática do eletromagnetismo, por James C. Maxwell, e a comprovação prática do fenômeno, por Henrich Rudolph Hertz, a transmissão de informações por ondas passou a ser estudada por pesquisadores em todo o mundo (BRIGGS & BURKE, 2006).

No Brasil, o padre gaúcho Roberto Landell de Moura construiu o primeiro transmissor sem fio para o envio de mensagens, em 1892, e, em 1894, realizou a primeira transmissão por meio de ondas hertzianas, entre o alto da Avenida Paulista e o alto de Sant'Anna, em São Paulo, cobrindo, assim uma distância de oito quilômetros (ALENCAR *et al*, 2000)¹⁸.

Por conta da frase: “Dai-me um movimento vibratório tão extenso quanto à distância que nos separa desses outros mundos que rolam sobre nossa cabeça, ou sob nossos pés, e eu farei chegar minha voz até lá” (LANDELL *apud* ALENCAR *et al*, 2000, p.3). Landell foi perseguido pela igreja e considerado louco pela sociedade. Pela falta de crédito em suas ideias dentro de seu país, o padre precisou ir para os Estados Unidos, em 1901. Lá, patenteou seus inventos, como estes nomes: “Telefone sem fio”, o “Telégrafo sem fio” e o “Transmissor de ondas”, apenas três anos após chegada dele nos EUA, dada a necessidade de apresentação de experimentos que provassem as inovações. De acordo com Alencar (2000, p.6), “cumpridas essas formalidades, foram-lhe entregues as patentes sob números 771 917 de 11 de outubro de 1904 (Transmissor de ondas); 775 337, de 22 de novembro de 1904 (Telefone sem fio), e 775 846, da mesma data (Telégrafo sem fio)”¹⁹.

Embora Landell tenha sido um grande inventor, pressionado pela igreja e pela falta de apoio do governo brasileiro, voltou sua vida inteiramente para as tarefas

¹⁸Disponível em: http://www.memoriallandelldemoura.com.br/imagen/documentos/fantastico_landell.pdf. Acesso em: 11/122012.

¹⁹ Nomes dos inventos com as iniciais em letras em maiúsculas, conforme o autor grafou.

religiosas. Em 30 de julho de 1928, aos 67 anos o padre morreu esquecido, sem desfrutar da glória de suas importantes criações (ALENCAR *et al*, 2000).

Quem realmente ganhou notoriedade histórica foi o italiano Guglielmo Marconi que, em 1896, demonstrou o funcionamento de seus aparelhos de emissão e recepção de sinais, na Inglaterra. Na verdade, não ocorreu transmissão de sons e o aparelho assemelhava-se mais a telégrafo sem fio. O próprio Marconi pensou dessa forma e, inicialmente, não vislumbrou o rádio como o aparelho com vocação para transmitir música, informação, educação e entretenimento, como conhecemos hoje. Nem mesmo a expressão “rádio” foi cunhada por ele.

Nesse contexto, a transmissão sem fio, auge da história das comunicações no século XIX, foi pensada simplesmente como um substituto para a telegrafia por fios, assim como os automóveis, destaque máximo da história dos transportes no mesmo século, foram imaginados como carruagem sem cavalos: somente pessoas que possuísem carruagens poderiam desejá-los. O que aconteceu foi que o rádio se tornou de uso prático nos oceanos ou em grandes continentes com baixa densidade demográfica. O fato de enviar mensagens, todas em Morse, que podiam ser captadas por pessoas a quem não eram dirigidas foi julgado não uma vantagem, mas uma séria desvantagem. Da mesma forma, um automóvel era um produto de luxo e ninguém o imaginava em uma casa de subúrbio com uma garagem — da mesma forma como mais tarde o mesmo tipo de domicílio não podia ser associado a aparelhos de rádio (BRIGGS & BURKE, 2006, p.156).

Muito rapidamente, o invento de Marconi começou a ultrapassar limites cada vez mais distantes e, em 12 de dezembro 1901, provando que as ondas de rádio se propagavam normalmente, mesmo com a curvatura da Terra, foi feita a primeira comunicação desse tipo entre Europa e América. O experimento ocorreu com uma mensagem enviada de Polhduc, na Inglaterra, até Saint John, no Canadá, por meio de transmissores instalados em ambos os lugares (SAMPAIO, 1984).

No Brasil, Marconi figurou a inauguração do Cristo Redentor, em 1931, tendo acionado a iluminação do monumento, junto com o Papa, de um iate na Itália (Ibidem).

Com o desenvolvimento dos transmissores e receptores valvulados, sinais mais potentes puderam ser transmitidos de forma clara. Assim, os fones de ouvido puderam ser trocados por alto-falantes e “através do uso de microfone para modular a amplitude da onda transmitida, o som – em contraste com um simples sinal – podia ser transmitido e recebido” (WILLIAMS, 2009, p.212). Esses avanços permitiram que, já em 1906, o

inventor Aubrey Fessenden pudesse transmitir uma mensagem de natal falada e, a partir de 23 de fevereiro de 1920, no período pós-guerra, Marconi transmitisse, por nove meses, um serviço regular de notícias. Em dois de novembro do mesmo ano, a Companhia Westinghouse deu início às transmissões regulares de rádio através da emissora KDKA, em Pittsburgh, nos Estados Unidos, que desde o seu início se tornou notória por suas reportagens sobre a campanha eleitoral presidencial norte americana. Desde então, a popularização do rádio foi tão grande que, em 1922, já havia 600 estações comerciais e mais de 1 milhão de ouvintes só nos Estados Unidos (WILLIAMS, 2009; SAMPAIO, 1984).

Na Inglaterra, desde o início o rádio foi explorado pela iniciativa estatal, primeiro com a British Broadcasting Company, em 1919, que em 1927, passou a ser a British Broadcasting Corporation, a BBC, composta por nove governadores nomeados pela rainha, responsáveis pela administração e com o objetivo de oferecer “um serviço independente, ao feitiço do povo inglês” (SAMPALIO, 1984, p.72).

No Brasil, após as experiências de Landel, a primeira transmissão de músicas e vozes humanas por rádio aconteceu no Morro da Urca, em setembro de 1922, pela “Companhia Telephonica Brasileira” por conta da comemoração do centenário da independência e em caráter experimental. A primeira emissora regular do País só entrou no ar em 23 de abril de 1932, no Rio de Janeiro, fundada por Roquette Pinto e Henrique Morise, era a Rádio Sociedade. Seu objetivo era “trabalhar pela cultura dos que vivem em nossa terra e pelo progresso do Brasil” (SAMPALIO, 1984, p. 98).

2.3 A era digital e o rádio

No mundo, as primeiras transmissões de rádio via Web foram feitas nos Estados Unidos, onde a Internet foi desenvolvida e um maior número de usuários estava apto a acessar a rede e receber o conteúdo radiofônico. Duas rádios reivindicam a primazia da transmissão via rede mundial de computadores:

A AudioNet, que já em setembro de 1995 teria disponibilizado pela Internet a rádio KLIF, de Dallas, no Texas; e a Broadcast.com, que seria uma das primeiras a operar via Internet através de um portal específico de áudio e vídeo, tendo realizado a primeira transmissão de rádio também em setembro de 1995. Em julho de 1999, a

Broadcast.com já estaria transmitindo ao vivo a programação de aproximadamente 410 emissoras de rádio (MOREIRA, *apud* COSTA)²⁰.

Na Inglaterra, já na segunda metade da década de 1990, algumas das rádios livres que questionavam o sistema capitalista, desde a década de 1960, começaram a explorar a Web para a disseminação de seus conteúdos. Uma dessas primeiras experiências parece especialmente curiosa. Foi o caso da *InterFace*, criada pelas companhias *Silicom Graphics* e *Real Audio*, que disponibilizava uma programação *online* bastante característica das emissoras “piratas” com o intuito de associar sua marca às experiências pioneiras e libertárias das rádios na web. “Um ano após entrar no ar, a rádio já registrava visitas de aproximadamente três milhões de pessoas à página de seu site, desde a inauguração” (COSTA). Até hoje a *InterFace* tem sua página com um imagem de um grande rosto de uma caveira, um chat (vazio desde janeiro de 2013) e com um som eletrônico bastante curioso.²¹

No Brasil, de acordo com Costa, baseada nos estudos de Cunha, a primeira rádio *online* foi a Monguetronic, que já em 1997 começou a operar, apenas dois anos após o surgimento das primeiras rádios na Web nos Estados Unidos. Esta rádio *online* foi desenvolvida pelo movimento pernambucano “Mangue Beat”, que tinha por objetivo difundir a cultura regional através de estilos musicais como maracatu, funk e rock²².

Ainda em 1997, as quatro maiores rádios jornalísticas de São Paulo (Jovem Pan; Bandeirantes, CBN e Eldorado) passaram a disponibilizar sua programação também na Internet, seguindo a tendência apontada na pesquisa Cadê/Ibope, de 1997, que mostrava que, assim como nos Estados Unidos, os Brasileiros procuravam na Web principalmente música (75%) e, logo em seguida, notícias (69%) (COSTA *apud* MOREIRA)²³.

2.4 As primeiras rádios comunitárias

Em todo o mundo, o movimento das rádios comunitárias vem se intensificando ao longo das últimas três décadas e se confunde com a proliferação das rádios livres,

²⁰Disponível em: <http://www.oparanasondasdoradio.ufpa.br/00radiointernet.htm>. Acesso em: 24/02/2013.

²¹ Por “azar” da autora, em 24/02/2013, às 10h40 (horário de Brasília) tocava uma música eletrônica, com uma mulher gemendo ao fundo, em alguns momentos, e um homem dizendo algo que parecia “This is ass. I’ll give you a mess.”.

²²Disponível em: <http://www.oparanasondasdoradio.ufpa.br/00manguetronic.htm>. Acesso em 24/02/2013.

²³ Disponível em: <http://www.oparanasondasdoradio.ufpa.br/00totem.htm>. Acesso em: 24/02/2013.

iniciado na Europa, na década de 1970, principalmente na Inglaterra, França e Itália (MALERBA, 2009).

“Rádios livres” são emissoras que ocupam um espaço do dial sem que haja permissão de quaisquer órgãos governamentais e sem que seu conteúdo necessariamente tenha compromisso com os interesses comunitários. Historicamente, são chamadas de “clandestinas” ou “piratas” (PERUZZO, 1998). Já as rádios comunitárias

são aquelas que possuem um caráter público, ou seja, são sem fins lucrativos e comprometidas com a melhoria das condições de vida e o desenvolvimento da cidadania através do envolvimento direto dos cidadãos. Espera-se, portanto, que uma rádio comunitária seja canal para o exercício da liberdade de expressão da população local, favoreça a participação ativa dos moradores da localidade da emissora, desenvolva um trabalho de informação, educação não-formal, desenvolvimento da cultura e mobilização social, na direção da auto-emancipação cidadã (PERUZZO, 2006, p. 3).

As rádios livres são chamadas de “piratas” por conta da associação equivocada às transmissões de rádios livres feitas, na década de 1950, em barcos que partiam da Inglaterra. Entretanto essas emissoras, literalmente flutuantes, tinham um caráter comercial, o que as torna muito diferentes das primeiras rádios livres comunitárias – rádios de cunho comunitário que funcionam sem outorga - no Brasil, que tinham um caráter muito mais experimental e não tinham fins lucrativos (Ibidem).

Neste sentido, a extinta Cooperativa dos Rádio-Amantes, em seu manifesto – em que argumentava que o rádio é uma conquista da humanidade e, como tal, não poderia ficar não mãos “proprietários-concessionários” – deixou para a história frase/slogan “Piratas são eles. Nós não estamos atrás do ouro”. (COOPERATIVA DE RÁDIO-AMANTES *apud* MACHADO *et al*, 1986, p.23).

No Brasil, as rádios comunitárias só puderam existir, oficialmente, após promulgação de lei 9.612, em 20 de fevereiro 1998, que institui o serviço de radiodifusão comunitária no País. Entretanto, Peruzzo (2006) defende que antes mesmo as rádios comunitárias já vigoravam no território nacional:

(as rádios comunitárias) entraram em funcionamento mesmo antes da promulgação da referida lei, pois representam uma demanda de “comunidades”, lideranças locais, entidades sem fins lucrativos e/ou movimentos populares organizados por canais de comunicação autônomos que contribuísssem para o desenvolvimento local, a partir de liberdade de expressão e mobilização social (Ibidem, p. 3).

Por conta da legislação tardia que respaldasse a radiodifusão comunitária, as emissoras que tiveram essa iniciativa foram historicamente rotuladas de “clandestinas” ou de “piratas” pelos grupos favoráveis ao oligopólio das rádios comerciais, sem que se considerasse o importante serviço que as rádios de baixa potência prestam às suas comunidades de origem (Ibidem).

Essa questão legal referente às rádios comunitárias será melhor descortinada no capítulo quatro, onde será abordada a repressão das rádios comunitárias durante os governos presidenciais do Partido dos Trabalhadores.

3. A Comunicação Comunitária e as experiências no rádio

Neste capítulo, a questão das rádios comunitárias será abordada mais enfaticamente por meio de aspectos legais e das rádios *online*. Para tanto, o conceito de Comunicação Comunitária será descortinado por meio das falas de três autores que se destacam nesse tema: Raquel Paiva, Cicília Peruzzo e Nemézio Amaral Filho. Ao final do capítulo, será apresentado um breve mapeamento de algumas das instituições que dão suporte para a produção comunitária e grupos universitários que tem a Comunicação Comunitária com uma de suas linhas de pesquisa.

3.1 Por um conceito de Comunicação Comunitária

Para que se entenda plenamente o que é uma rádio comunitária, antes é necessário recorrer à concepção de Comunicação Comunitária e, assim, entender as características dos veículos comunitários. Neste sentido, Paiva & Sodré (2003)²⁴ definem que

Conceitualmente, a produção comunitária parte de um pressuposto político, seja ele um movimento com contornos marcados pela ecologia, seja com viés educacional, de resgate da memória de uma determinada população, seja cultural, enfim o imperativo de produção de um veículo parte de um conjunto de demandas sociais, muitas das quais em já em processo de atendimento. Neste sentido, pode-se conceber que o veículo, qualquer que seja a sua natureza, faz parte de uma política de comunicação comunitária, ainda que esta não esteja formalmente explicitada (Ibidem, p.5).

Em geral, esses veículos comunitários partem de lideranças comunitárias e seus coletivos. Assim como explicita Paiva (2003), a Comunicação Comunitária se apresenta em três aspectos: leitura ou posicionamento crítico; a vontade da produção de discurso próprio, numa estrutura própria de produção da informação; e a existência do comunicador como "agente social", ou seja, aquele capaz de potencializar a

²⁴ Disponível em: http://www.pos.eco.ufrj.br/docentes/publicacoes/rpaiva_osequestrodafala.pdf. Acesso em: 27/02/2013.

articulação comunitária e a participação de uma comunidade numa causa de interesse coletiva.

Assim como Paiva (2003), Peruzzo (2004) entende que, a um veículo, não basta ser local, falar dos assuntos da região e ser aceito publicamente para ser de fato comunitário. Segundo a pesquisadora, o veículo comunitário deve seguir os princípios da Comunicação Comunitária que ela considera

que vem sendo gestada no contexto dos movimentos populares é produzida no âmbito das comunidades e de agrupamentos sociais com identidades e interesses comuns. É sem fins lucrativos e se alicerça nos princípios de comunidade, quais sejam: implica a participação ativa, horizontal e democrática dos cidadãos; a propriedade coletiva; o sentido de pertença que desenvolve entre os membros; a corresponsabilidade pelos conteúdos emitidos; a gestão partilhada; a capacidade de conseguir identificação com a cultura e interesses locais; o poder de contribuir para a democratização do conhecimento e da cultura. Portanto, é uma comunicação que se compromete, acima de tudo, com os interesses das “comunidades” onde se localiza e visa a contribuir para a ampliação dos direitos e deveres de cidadania. (PERUZZO, 2004, p.22)²⁵.

Sobre o tema, Amaral Filho (2011, p.64) dá sua contribuição conceitual explicando que veículos comunitários são “veículos de comunicação que põem em contato, que estabelecem o vínculo comum entre membros de grupos quase sempre sem representação ou subrepresentados na grande mídia, principalmente, a jornalística”. Tanto para o autor, como para Paiva (2003), o que caracteriza um veículo comunitário não são os meios, mas sim a sua proposta.

Para que não haja confusão entre a Comunicação Comunitária e Jornalismo Cívico, Amaral Filho faz um quadro comparativo que, em síntese, mostra que aquela parte da demanda de grupos comunitários e se expressa em veículos produzidos com o envolvimento direto de seus membros e sem que essa seja uma atividade com fins lucrativos; já este, parte de dentro da grande mídia em direção ao público e faz parte da atividade jornalística, com vistas em retorno financeiro.

²⁵ Disponível em: <http://www.alaic.net/revistaalaic/index.php/alaic/article/viewFile/145/166>. Acesso em: 26/02/2013.

Jornalismo Cívico	Comunicação Comunitária
O Jornalismo Cívico surge no interior da grande mídia jornalística em direção ao público leitor.	A Comunicação Comunitária é pensada no interior do grupo, destinada prioritariamente aos seus membros e, indiretamente, à sociedade à volta.
Aquilo que o Jornalismo Cívico chama de ‘comunidade’(daí o ‘comunitário’) refere-se a espaços geográficos mais amplos ou grupos mais heterogêneos (vários tipos de cidadãos) no interior de uma cidade, por exemplo, ou mesmo de um país (os eleitores).	A Comunicação Comunitária atua em bases territoriais mais reduzidas, quando no interior de aglomerados urbanos, ou com grupos marginalizados nestes grandes centros (favelas, bairros periféricos, prostitutas, população de rua); e em grandes espaços rurais ou florestais, mas com um número não muito grande de membros (índios, remanescentes de quilombos, atingidos por projetos de desenvolvimento).
O Jornalismo Cívico trabalha em empresas jornalísticas que, como tais, têm fins lucrativos legítimos.	A Comunicação Comunitária reveste o seu faturamento para o pagamento de funcionários (quando os tem, e não apenas voluntários) e para o próprio veículo comunitário com o fim último de representar melhor os interesses do grupo.
O Jornalismo Cívico procura dar voz ao cidadão, aquele que já tem representação política significativa, reconhecida pelos meios de comunicação.	A Comunicação Comunitária quase sempre se preocupa com a emergência de um novo cidadão – aquele que costuma se deixado de lado por autoridades ou discriminado pela sociedade mais ampla em que está inserido, quer dizer, sua representação política está em construção. Só depois disso pode ser ‘reforçada’, como pretende o Jornalismo Cívico.
Os projetos de Jornalismo Cívico nos EUA e no Brasil procuram renovar o Jornalismo.	A Comunicação Comunitária pretende ‘outra comunicação’ por suspeitar das possibilidades de a mídia tradicional fazer de fato representar grupos tradicionalmente esquecidos pelo Poder Público, pela mídia e, portanto, pelo conjunto mais amplo da sociedade.

(AMARAL FILHO, 2011, p. 71-72)

Reforçando uma característica da Comunicação Comunitária – que a coloca no lugar oposto à grande mídia – Paiva (2007) propõe que entendamos essa forma de expressão de grupos marginalizados como “instâncias contra-hegemônicas comunicacionais, em direção à construção de uma nova ordem de comunicação” (PAIVA, 2007, p. 140).

3.2 Aspectos legais das rádios comunitárias

Para que seja iniciada a discussão quanto os aspectos legais das rádios comunitárias, antes há que se comparar as definições de rádio comunitária vindas de instâncias diretamente envolvidas no assunto: o Ministério das Comunicações; os

representantes das rádios comunitárias, a comunidade acadêmico-científica, além da Organização das Nações Unidas para Ciência Educação e Cultura (Unesco).

Ministério das Comunicações	Trata-se de radiodifusão de sons, em frequência modulada (FM), de baixa potência (25 Watts), que dá condições à comunidade de ter um canal de comunicação inteiramente dedicado a ela, abrindo oportunidade para divulgação de suas ideias, manifestações culturais, tradições e hábitos sociais. As entidades detentoras de outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária devem ser abertas à participação de todos os residentes na área de cobertura da rádio, bem como a sua programação deve ser aberta à participação da sociedade. Uma rádio comunitária não pode ter fins lucrativos nem vínculos de qualquer tipo, tais como: partidos políticos, instituições religiosas etc (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES) ²⁶ .
Representante das rádios comunitárias	Rádios comunitárias, cidadãs, populares, educativas, livres, participativas, rurais, associativas, alternativas... Distintos nomes e um mesmo desafio: democratizar a palavra para democratizar a sociedade. Grandes ou pequenas, com muita ou pouca potência, com autorização ou sem ela, as rádios comunitárias não fazem referência a um “lugarejo”, mas sim a um espaço de interesses compartilhados. Nestas emissoras pode-se trabalhar com voluntários(as) ou pessoal contratado, com equipamentos caseiros ou com o que há de mais desenvolvido tecnologicamente. Ser comunitário não se contrapõe à produção de qualidade nem à solidez econômica do projeto. Comunitárias podem ser as emissoras de propriedade cooperativa, ou as que pertencem a uma organização civil sem fins-lucrativos, ou as que funcionam com outro regime de propriedade, sempre que esteja garantida sua finalidade sociocultural e sua gestão democrática (ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DE RÁDIOS COMUNITÁRIAS DO BRASIL) ²⁷ .
Comunidade acadêmico-científica	As rádios comunitárias no Brasil são emissoras de caráter público, sem fins lucrativos, historicamente criadas e geridas, na maioria dos casos, coletivamente. Desempenham importante papel no processo de conscientização e mobilização social sobre questões relativas à vida de segmentos da população empobrecidos e discriminados socialmente. Sua programação é de interesse público e está a serviço dos grupos organizados das classes subalternas e/ou das localidades nas quais se inserem, o que faz com que contribuam para o desenvolvimento social. Fornecem informações e discutem assuntos de interesse local, difundem a produção cultural (entre outras) criada no contexto dos próprios grupos aos quais também destinam sua programação. Servem como “escola” para a educação informal em comunicação. Lutam para conquistar o direito à comunicação ao exercitarem a liberdade de expressão e o empoderamento das tecnologias que ajudam a viabilizá-lo (PERUZZO, 2010, p.1) ²⁸ .
Unesco	Rádio Comunitária é um processo social ou evento em que os membros da comunidade se associam para desenvolver programas, produzir e expor-lhes, falando, assim, no papel principal de atores de seus próprios destinos, seja para algo tão comum, como melhorar as relações no bairro, ou uma campanha em toda a comunidade sobre como utilizar água limpa e como mantê-la limpa, ou mobilização para a eleição de líderes locais. A ênfase é sobre a propriedade democrática e desenvolvimento dos esforços, por membros da própria comunidade, e o uso dos meios de comunicação, neste caso, o rádio, para conseguir isso. Em todos os sentidos é a comunicação participativa (não programas feitos sobre eles por outras pessoas!). É, acima de tudo, um processo, não uma tecnologia e não apenas um meio, porque as pessoas fazem parte desse meio, e assim são a mensagem e o público. Uma rádio comunitária é mais relevante para um grupo de pessoas que vivem e agem como uma comunidade, e isso podem ser várias famílias, vários bairros, vilas ou comunidades,

²⁶Disponível em: <http://www.mc.gov.br/acoes-e-programas/radiodifusao-comunitaria>. Acesso em: 25/02/2013.

²⁷Disponível em: <http://amarcbrazil.org/conceito/> Acesso em 25/02/2013.

²⁸ Disponível em: http://compos.com.puc-rio.br/media/g6_cicilia_peruzzo.pdf. Acesso em: 26/02/13.

mas o importante é que eles interajam. É por isso que eu acredito na rádio comunitária como a comunidade se falando e atuando junta para objetivos comuns (ARNALDO <i>apud</i> FRASER & ESTRADA 2001, p.6) ²⁹ .
--

Em comum a todas as definições de rádio comunitária está a característica de tratar dos interesses coletivos. Entretanto, a que parece mais restritiva delas é a do Ministério das Comunicações. Nessa definição, antes de tudo, existe a preocupação de delimitar a potência da rádio em 25 Watts. As outras concepções do que seja rádio comunitária não fazem qualquer menção sobre restrição de potência ou necessidade de outorga. Por outro lado, a definição da Associação Mundial de Rádios Comunitárias do Brasil (AMARC) parece a mais libertária, não concordando em delimitar potência ou o tamanho do grupo com interesses em comum. Outro ponto importante que a Amarc levanta é que as rádios comunitárias, não necessariamente devam funcionar de maneira precária, com equipamentos carcomidos e depauperados.

Com relação à contribuição de Peruzzo (2010) em comparação com as demais partes possivelmente envolvidas com a questão das rádios comunitárias, merece destaque a questão da educação informal, que parece bastante recorrente em rádios comunitárias, talvez porque essa seja uma necessidade comum a praticamente qualquer grupo, não importa o grau de instrução de seus membros.

Na definição da Unesco, destaca-se a característica que as rádios comunitárias têm de romper com as barreiras entre emissor e receptor e por colocar os membros dessas comunidades na posição central com relação à defesa de seus interesses, na mídia. Como a emissora comunitária deve primar por participação coletiva, essas barreiras que a grande mídia ainda impõe ao público se diluem nas iniciativas comunitárias.

²⁹Tradução nossa. Texto original: Community radio is a social process or event in which members of the community associate together to design programs and produce and air them, thus talking on the primary role of actors in their own destiny, whether this be for something as common as mending fences in the neighborhood, or a community-wide campaign on how to use clean water and keep it clean, or agitation for the election of new leaders. The emphasis is on the ownership of democratic and development efforts by the members of the community themselves and the use of media, in this case radio, to achieve it. In every sense this is participatory communication (not programmes made about them by somebody else!). It is above all a process, not a technology, not merely a means, because the people are part of that means, and so is the message and the audience. Community radio is most relevant to a group of people who live and act as a community, and this could be several families, several neighborhoods, or several villages or communities, but the important thing is that they interact. That is why I think of community radio as the community speaking to each other acting together for common goals. Disponível em: <http://developingradio.org/files/UNESCO%20CR%20Handbook.pdf>. Acesso em: 25/02/13.

Excetuando o discurso do Ministério das Comunicações com relação às emissoras comunitárias, todas as demais definições aqui abordadas dão margem de entendimento de que o meio é o que menos importa para se considerar uma rádio comunitária, o que abre espaço para a discussão das rádios transmitidas via Internet.

Com relação as rádios *online*, não há legislação específica que trate das rádios comunitárias que funcionam na rede mundial de computadores. No ciberespaço espaço, é possível interagir com o público instantaneamente e, inclusive, receber colaborações intelectuais/artísticas, através dos recursos interativos da Web 2.0 já descritos nesta pesquisa. Em termos práticos, é bastante viável manter uma rádio *online* com conteúdo colaborativo, como ocorre a *Radio Open Source*, que se diz “uma conversa americana com atitude global sobre as artes, humanidades e assuntos globais”, organizada por Christopher Lydon³⁰. Através de *podcast*³¹ – que são arquivos de áudio que podem ser ouvidos no site de origem ou baixados – montados com a sugestão dos visitantes do site e com conteúdos mandados por eles. Lydon funciona como uma espécie de mediador ou, trazendo para o mundo do jornalismo, um editor. Em 2007, o site contava com uma média considerável de 150 mil ouvintes no ar por semana, e 150 mil *podcasts* baixados por mês (GLASER)³². Segundo pesquisa da comScore Networks – empresa de pesquisa sobre o mundo digital – divulgada pela Folha de S. Paulo (2007)³³, em janeiro do mesmo ano, 747 milhões de pessoas pelo mundo, com mais de 15 anos, usaram a Internet. Dividindo-se esse valor por quatro (considerando um mês com quatro semanas) e comparando-o com o número de acessos e fazendo-se a comparação percentual, a Open Souce teria aproximadamente 0,08% dos acessos mundiais³⁴, o que é bastante considerável, já que essa é uma iniciativa experimental e que não conta com grandes patrocinadores. Há que se considerar também que, embora o inglês seja uma língua bastante difundida, não é a mais falada no mundo. Talvez o idioma, neste caso, seja uma barreira.

³⁰Disponível em: <http://www.radioopensource.org/about>. Acesso em 24/03/2013.

³¹A palavra é advinda da junção de iPod com *broadcast*.

³²Disponível em: <http://www.pbs.org/mediashift/2007/06/collaborative-radio-shows-invite-listeners-into-creative-process164.html>. Acesso em: 24/02/2013. Existe uma versão traduzida para o português em: <http://www.naozero.com.br/radio%20colaborativa%20publica>.

³³ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fofha/informatica/ult124u21763.shtml>. Acesso em: 26/02/2013.

³⁴ Essa é uma “licença poética” da autora apenas para que seja possível comprar os valores, por falta de valores dos acessos semanas à Internet pelo mundo. Os valores todos são aproximados e a metodologia é baseada em média simples.

De acordo com o professor de jornalismo radiofônico da Universidade Estadual de São Paulo Juliano Maurício de Carvalho *apud* Daniel Mello (2013) a Internet não é só mais uma meio de propagar um conteúdo de rádio, mas um novo meio, com diversas possibilidades a serem exploradas:

muda o perfil do suporte, muda a maneira como nós estamos produzindo rádio. Hoje, por exemplo, a audiência que existe para produtos como podcast [recurso para veiculação de áudio na internet] é, na verdade, um dos formatos pelo qual vai ser transmitido o rádio. Porque você continua utilizando a linguagem audiofônica, continua usando elementos próprios dessa produção”, ressaltou o professor, para explicar como essas novas formas de comunicação sonora são continuação do rádio.³⁵

Pela rede, existem diversos sites de hospedagem de rádio gratuitos e um sem número de tutoriais ensinando técnica de como se montar a rádio de maneira gratuita. Dessas iniciativas nacionais, merece destaque o Dissonante³⁶, Projeto de Extensão Comunicação Comunitária na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, que oferece hospedagem (isso inclui disponibilizar um servidor) e suporte técnico para pessoas e, principalmente, para grupos que tenham interesse em montar um rádio na Web. Além de apoio quanto às questões tecnológicas, o Dissonante promove, por meio de seu rádio laboratório, “o encontro e a troca de experiências entre o conhecimento acadêmico e o saber popular” (PAULINO *et al.*, 2011, p.57).

3.3 Rádios “no ar” x Rádios “nas redes”

Com o avanço das NTICs, os conteúdos radiofônicos ganharam um novo meio de propagação. As rádios comunitárias, historicamente perseguidas, têm usado a Internet com mais um modo de veicular seus conteúdos e até têm migrado completamente para a rede, onde não são acusadas de “derrubar avião”. Com a Web 2.0, além da liberdade, a possibilidade de interação em tempo real pode ser um grande atrativo para as rádios comunitárias. Entretanto, a dificuldade de acesso à Internet e o analfabetismo digital poderia ser um empecilho para a audição daquele que deveria ser o seu maior público, os moradores dos espaços populares.

³⁵ Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/02/radio-muda-na-forma-de-transmissao-mas-continua-sendo-fundamental-a>. Acesso em: 24/02/2013.

³⁶ Disponível em: <http://www.dissonante.org/site/index.php>. Acesso em: 24/02/2013.

Entre os veículos comunitários de maior alcance estão as rádios, principalmente quando o seu público é predominantemente analfabeto ou de baixa escolaridade, já que, para tanto, não é necessário conhecer uma tecnologia mais avançada do que o universal “radinho de pilha”. Somado ao poder comunicativo e a popularidade do rádio, os comunicadores populares parecem atraídos por esse veículo por conta da relativa simplicidade técnica e baixa necessidade de investimento inicial para se montar uma emissora comunitária. De acordo com a *Cartilha 1: Rádio Comunitária: o que é e como montar*, da Rede Viva Rio, com aproximadamente 2.150 reais é possível comprar todo o aparato técnico para entrar no ar³⁷.

Frente às perseguições, pouco a pouco, as rádios comunitárias passam também a disponibilizar a sua programação, em tempo real, na Internet. Na rede, essas rádios estão protegidas da perseguição policial e podem oferecer inúmeras possibilidades interativas.

Agora, o que vale é a qualidade da programação. É a democracia nos meios de comunicação na marra. Esse é o preço que terão de pagar pelo progresso. Nunca o movimento pela democracia nos meios de comunicação poderia imaginar que seria tão fácil montar uma rádio. São os novos tempos da comunicação. Por R\$ 9,90, se pode transmitir uma rádio na web. Estou muito feliz por isso. Lembro de muitos companheiros que foram presos, humilhados e processados. Isso prova que estávamos certos, pois a lei de radcom ficou esdrúxula. E agora, a web rádio vai derrubar avião? (AGUIAR *apud* OLIVEIRA, 2011)³⁸.

Pierre Lévy (1999), de alto de todo o seu entusiasmo com relação à rede mundial de computadores, considera que, a partir de agora, qualquer grupo ou indivíduo poderá ter, a baixo custo, os meios técnicos para se dirigir ao público internacional.

Manuel Castells (2008)³⁹ também vê a Internet como instrumento de liberdade e autonomia. Para ele, a rede não pode sofrer o mesmo controle tradicionalmente exercido nos demais meios de comunicação de massa.

³⁷ Disponível em: http://www.revira.org.br/pdf/CARTILHA_LIANA_1.pdf. Acesso em 28/06/2011.

³⁸ Disponível em: <http://www.vivafavela.com.br/materias/r%C3%A1dios-comunit%C3%A1rias-na-internet>. Acesso em 20/06/2011.

³⁹ Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/internet_liberdade_e_autonomia. Acesso em: 06/06/2011.

As rádios *online*, em comparação às rádios analógicas, oferecem a vantagem de não se limitarem às fronteiras geográficas de uma comunidade física – que no caso das rádios comunitárias no Brasil são bastante restritas pelos 25 watts, que permitem apenas um quilômetro de raio de alcance, partindo da emissora – e vão ao encontro às tendências de agrupamento das comunidades por meio de interesses mediados pela rede mundial de computadores, de acordo do Lévy (2001)⁴⁰.

De acordo com a professora Cicília Peruzzo (2010)⁴¹, existe uma diferença conceitual e de ordem prática (além dos meios de propagação) entre as rádios comunitárias que apenas replicam o seu conteúdo transmitido na FM para a Web e as rádios comunitárias que foram pensadas exclusivamente para funcionar *online*:

Rádios virtuais comunitárias difundem suas mensagens somente pela Internet, portanto só existem no ciberespaço. São ligadas a grupos ou comunidades constituídas a partir da afinidade de interesses e/ou de vivências de problemáticas em comum, tais como os de fundo lingüístico, étnico, relações de gênero etc. Sua performance participativa tende a ser menos coletivizada do que a das rádios comunitárias de base territorial geográfica. (Ibidem, p.3).

Se, por um lado, as rádios comunitárias na Web oferecem maior liberdade e facilidade técnica na difusão dos conteúdos, menores custos, no ponto de vista da emissão, além mais ampla liberdade discursiva, a impossibilidade de acesso, para a maior parte dos brasileiros, por outro, ainda parece ser um grande obstáculo para a difusão através desse meio.

(...) ter uma rádio na Internet hoje é algo extremamente simples, barato e acessível do ponto de vista de sua legitimação. Um site transmitindo áudio 24 horas por dia não pode ser comparado com uma rádio convencional, que ocupa um determinado espaço no dial e no éter, além de, segundo campanhas difamatórias promovidas por associações e empresas de comunicação, interferir na estabilidade dos aviões e na comunicação das ambulâncias. Embora ainda não exista uma legislação que impeça sua existência e continuidade, o impasse está, obviamente, na recepção. Nesse sentido, receber a informação depende de uma infraestrutura que não é facilmente disponível, e, além disso, em função da interface do computador com o usuário, a influência da rádio digital não é a mesma de uma rádio transmitida pelo ar” (CABRAL 2004, p. 273).

⁴⁰ Disponível em: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/47/entrevistados/pierre_levy_2001.htm. Acesso em: 23/08/2010.

⁴¹ Disponível em: http://compos.com.puc-rio.br/media/g6_cicilia_peruzzo.pdf. Acesso em: 26/02/2013.

Embora a conexão banda larga – fixa ou móvel - no Brasil ainda seja a mais cara do mundo, mesmo comparada aos preços praticados em países com economias menos desenvolvidas, de acordo com estudo revelado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU/UNCTAD), apresentado em 19 de outubro de 2011⁴², o acesso à Internet no Brasil tem sofrido um grande incremento nos últimos anos. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2011, feita pelo Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE), de 2009 a 2011, houve um aumento de 14,7% no número de usuários da rede mundial de computadores no País. A mesma pesquisa mostra que 46,5% dos brasileiros (mais de quatro em cada 10) tiveram acesso à Internet no período. Por outro lado, a mesma pesquisa aponta a desigualdade no acesso entre as regiões nacionais, mostrando que no Sul (50,1%), Sudeste (54,2%) e Centro-oeste (53,1%), mais da metade dos habitantes de cada uma dessas áreas têm acesso à Internet, enquanto no Norte e no Nordeste, apenas uma em cada três pessoas é internauta (35,4% e 34%, respectivamente) (AGÊNCIA BRASIL, 2012)⁴³.

A mesma pesquisa aponta que 22% dos lares brasileiros possuem computador com acesso à Internet, enquanto 51,1% contavam com rádios. Embora o rádio continue sendo mais popular, entre 2009 e 2011, o aparelho perdeu espaço e ficou 0,6% menos presente nas casas, enquanto, no mesmo período, o computador com acesso à rede mundial de computadores ganhou 39,8 pontos percentuais (Idem, 2012)⁴⁴.

Esse avanço do acesso, segundo o Ministério das Comunicações, aconteceu graças ao Plano Nacional de Banda Larga (PNBL)⁴⁵, criado por meio do Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010.

O objetivo do Programa é expandir a infraestrutura e os serviços de telecomunicações, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade. A meta é proporcionar o acesso à banda larga a 40 milhões de domicílios

⁴² Disponível em:

<http://convergenciadigital.uol.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=28112&sid=8>. Acesso em: 22/02/2013.

⁴³ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-09-21/numero-de-brasileiros-com-acesso-internet-cresce-147-em-dois-anos>. Acesso em: 22/02/2013.

⁴⁴ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-09-21/um-em-cada-cinco-domicilios-tem-computador-com-internet-indica-pesquisa>. Acesso em: 22/02/2013.

⁴⁵ Disponível em: <http://www.telebras.com.br/inst/?p=3971#more-3971>. Acesso em: 22/02/2013.

brasileiros até 2014 à velocidade de no mínimo 1 Mbps. (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2010).

De acordo com o Ministério, em dois anos de implantação do PNBL, “o número de acessos à Internet no Brasil quase triplicou, passando de 27 milhões para 70 milhões, considerando acessos fixos e móveis”⁴⁶.

Outra questão que tange à discussão da inclusão digital é a confusão do simples acesso à Internet com a inclusão propriamente dita. E, antes mesmo da inclusão digital, é necessário pensar na inclusão educacional, mesmo que por meios não formais.

São três os analfabetismos por derrotar hoje: o da lecto-escritura (saber ler e escrever), o sociocultural (saber em tipo de sociedade se vive) e o tecnológico (saber interagir com máquinas complexas). (BELLONI *apud* MELO, 2006)⁴⁷

Para que um indivíduo ou grupo social possa se beneficiar dos recursos interativos da Internet, é necessário, também, que se conheça como usar a rede em seu favor e não como mais um veículo de comunicação de massa, prestes a oferecer caminhos pré-delimitados e a unissonância de vozes.

Mas, na sociedade da Internet, o complicado não é saber navegar, mas saber onde ir, onde buscar o que se quer encontrar e o que fazer com o que se encontra. Isso requer educação. Na realidade, a Internet amplifica a velha exclusão social da história: que é a educação. (CASTELLS, 2008)⁴⁸

Nesse sentido, André Lemos (2000) faz uma reflexão em forma de manifesto que denominou de “Morte aos Portais” em que critica o papel dos portais das grandes redes de comunicação como solução à multiplicidade de informações espalhadas pela Web. Segundo Lemos, o que há de mais importante na Internet está longe do que ele chama de “portais-currais” e perto da multiplicidade dos conteúdos praticamente anônimos, que não pré-estabeleçam o lugar do emissor e o do receptor e que ofereçam a “possibilidade da errância, da ciber-flânerie”.

⁴⁶ Disponível em: <http://www.telebras.com.br/inst/?p=3971#more-3971>. Acesso em: 22/02/2013.

⁴⁷ Disponível em: <http://www.abed.org.br/seminario2006/pdf/tc010.pdf>. Acesso em: 27/06/2011.

⁴⁸ Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/internet_liberdade_e_autonomia. Acesso em: 06/06/2011.

3.4 Panorama atual da Comunicação Comunitária no Brasil

Nas universidades, a Comunicação Comunitária tem ganhado terreno como objeto de estudo, principalmente a última década, e conta com grupos espalhados por todo o Brasil como o Laboratório de Estudos de Comunicação Comunitária da UFRJ (LECC-UFRJ)⁴⁹, liderado pelos pesquisadores Raquel Paiva e Muniz Sodré⁵⁰; o Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e Local (CEI Comuni)⁵¹ da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), liderado por Cicilia Maria Krohling Peruzzo⁵² e Luzia Mitsue Yamashita Deliberado; o grupo Comunicação Comunitária e Cidadania, da Universidade de Brasília (UNB)⁵³, liderado por Fernando Oliveira Paulino; o Núcleo de Pesquisa em Comunicação Popular, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), liderado por Rozinaldo Antonio Miani⁵⁴ e o grupo Comunicação e Mídia na Amazônia Brasileira Universidade Federal de Roraima (UFRR), liderado por Rozinaldo Antonio Miani. Numa busca pelo Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil, mantido pelo CNPq, descobre-se que, dos nove grupos que declaram a Comunicação Comunitária com uma de suas linhas de pesquisa, todos eles surgiram na primeira década do século XXI, sendo o LECC-UFRJ o mais antigo, fundado em 2000.

Além dos grupos encontrados no diretório de pesquisa do CNPq, existe o núcleo universitário pioneiro na implantação de uma TV comunitária no Brasil, o de Educação e Comunicação Comunitária (NECC), das Faculdades Integradas Hélio Alonso (Facha), fundado em 1989⁵⁵.

Muito além dos muros das universidades, a Comunicação Comunitária tem sido fomentada por grupos de educação não formal, como o Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC), organização civil sem fins lucrativos, que teve sua formalização

⁴⁹ Disponível em: <http://leccufrj.wordpress.com/about/>. Acesso em 19/11/2012.

⁵⁰ Ambos autores de diversos livros e artigos, sendo considerados referências no tema Comunicação Comunitária.

⁵¹ Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=7522609HAKR1DU>. Acesso em 19 de novembro de 2012.

⁵² Cecília Peruzzo também é uma das maiores referências nacionais sobre Comunicação Comunitária, com ênfase na questão das rádios comunitárias.

⁵³ Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=02406092C6GNW8>. Acesso em: 19/11/2012.

⁵⁴ Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0080609GAZC03R>. Acesso em: 19/11/2012..

⁵⁵ Disponível em: http://www.facha.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=356&Itemid=182. Acesso em: 19/11/2012.

jurídica com tal em 1997, mas funciona desde 1992, no Rio de Janeiro. O grupo tem por objetivo dar acesso à comunicação aos trabalhadores, por meio de cursos, oficinas, palestras e publicações sobre comunicação popular:

Nosso objetivo central é melhorar a comunicação dos trabalhadores para construir um mundo com justiça e sem exclusão. Para isto criamos o Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC). O ponto de partida é a certeza de que sem comunicação não há possibilidade de os trabalhadores lutarem para alcançar a hegemonia política na sociedade.⁵⁶

O NPC tem contribuído para a formação política e intelectual de diversos articuladores sociais, entre eles o repper⁵⁷ Fiell, principal responsável pela Rádio Comunitária Santa Marta.

Em 2010, recebi um e-mail do jornalista Arthur Willian, indicando um curso de Comunicação Comunitária do NPC, Núcleo Piratininga de Comunicação, Rio de Janeiro. Dei uma olhada na programação do curso. Achei muito interessante e me inscrevi. Conheci os coordenadores Vito Giannotti e Claudia Santiago, além de vários companheiros moradores de outras favelas da cidade do Rio de Janeiro. (...) Foram mais de seis meses de aprendizado. Cada sábado no curso minha mente ficava mais modificada. Esses mais de 30 encontros, para mim – e tenho certeza que outros companheiros concordam comigo – foram a formação política em termos de comunicação que nos faltava. Conhecemos a maldade que a mídia manipuladora faz conosco, trabalhadores. Aprendemos como usar a comunicação a nosso favor, usando os vídeos, a escrita e os jornais comunitários (FIELL, 2011).

Com atuação abrangente e expressiva no cenário nacional da Comunicação Comunitária, o Observatório de Favelas foi criado em 2001, na Favela da Maré, na cidade do Rio de Janeiro e, desde 2013, é uma organização da sociedade civil de interesse público (Oscip) que atua na “organização social de pesquisa, consultoria e ação pública dedicada à produção do conhecimento e de proposições políticas sobre as favelas e fenômenos urbanos”. Com a missão de superar as desigualdades sociais, o observatório atua em três vertentes: Comunicação e Cultura, Desenvolvimento Territorial e Direitos Humanos⁵⁸.

⁵⁶ Disponível em: <http://www.piratininga.org.br>. Acesso em: 02/02/2013.

⁵⁷ Emerson Claudio N. dos Santos, o Fiell, prefere ser chamado de reeper e não rapper porque ele considera o seu trabalho artístico muito mais próximo dos repentistas, como o seu avó, do que dos rappers.

⁵⁸ Disponível em: http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/quem_somos/. Acesso em: 07/02/2013.

No âmbito da Comunicação e Cultura, onde a Comunicação Comunitária é mais amplamente trabalhada, merecem maior destaque dois projetos: a Escola Popular de Comunicação Crítica (Espocc)⁵⁹, com a agência Imagens do Povo⁶⁰, e o Projeto Mídia Favela⁶¹, sendo este último um importante levantamento sobre a situação dos veículos comunitários em favelas e espaços populares da região metropolitana do Rio de Janeiro, feito 2011.

O projeto Mídia e Favela teve como objetivo principal contribuir, justamente, para a garantia do direito coletivo à liberdade de expressão, por meio da promoção do direito à comunicação (entendendo que, nos dias atuais, este tornou-se pré-condição para efetivação daquele) (SILVA & ANSEL, 2012, p. 7).⁶²

Este mapeamento, que contou com respostas de 73 dos 101 veículos comunitários localizados, traz dados que revelam que a Comunicação Comunitária no Rio de Janeiro, assim como os grupos de pesquisa sobre o tema, em sua maioria, 63,53%, passaram a existir a partir da década de 2000 – período no qual os recursos da Web. 2.0 desenvolveram-se e popularizaram-se – sendo 51,32% deles *online* (Ibidem, p. 17-25).

No âmbito da luta pelo avanço das rádios comunitárias e na busca pela democratização da comunicação, destaca-se a Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc) que tem mantém sua unidade no País, a Amarc Brasil, ligada à AMARC América Latina e Caribe (AmarcAlc). Essa ONG internacional funciona no Rio de Janeiro e, atualmente, e conta com mais de 50 associadas:

Assim como a AMARC Internacional, a AMARC Brasil tem como missão promover a democracia na comunicação, especialmente no rádio, para favorecer a liberdade de expressão e contribuir para o desenvolvimento igualitário e sustentável das sociedades. Hoje está composta por mais de 50 associadas entre rádios comunitárias e educativas, centros de produção, associações e ativistas, reunidas pela defesa e exercício do direito à comunicação, com foco na radiodifusão

⁵⁹ Disponível em: <http://www.espocc.org.br/>. Acesso em: 07/02/2013.

⁶⁰ Disponível em: <http://www.imagensdopovo.org.br/>. Acesso em: 07/02/2013.

⁶¹ Disponível em: http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/projetos/mostraProjeto.php?id_projeto=22. Acesso em: 07/02/2013.

⁶² Disponível em: <http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/includes/publicacoes/1dadad6b4eb32fe32a718bd8c402a72c.pdf>. Acesso em: 07/02/2013.

comunitária. São eles e elas que fazem a gestão da rede com o objetivo de incidir em processos de democratização.⁶³

Também envolvida na luta a favor da liberdade de expressão e contra o monopólio da comunicação no País e a repressão das rádios comunitárias, a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço) atua desde 1996 e, hoje, está presente em 24 estados e no distrito federal:

Após a disseminação tecnológica e com a aprovação e sanção da LEI MÍNIMA 9612/98, a Abraço encampou a missão de disseminação do DIREITO DE EXECUTAR o serviço de Radiodifusão Comunitária – Radcom para todo o Território Brasileiro. (...) A ABRAÇO tem o entendimento de que as rádios comunitárias não são meios de comunicação isolados no cenário político. Elas só fazem sentido quando são, de fato, instrumentos por onde escoam as notícias, os debates, as principais discussões de interesse das comunidades onde estão inseridas, bem como dos movimentos e das organizações sociais, propiciando o hábito do debate de ideias, o respeito às diferenças e às diversidades na própria comunidade, levando à democratização do ser humano e da comunidade. De todos aqueles que não encontram o espaço e o respeito que merecem nos meios tradicionais de comunicação. Portanto, esse caráter democrático e diferenciado deve partir de uma construção coletiva, que supere a relação utilitarista, reproduzida historicamente entre meios de comunicação e sociedade.⁶⁴

Fazendo uma importante ponte entre a produção de pesquisas e análises, a articulação política e o suporte e valorização das rádios comunitárias, a ONG internacional Artigo 19, presente no Brasil desde 2005, criou o Observatório da Comunicação Comunitária:

(...) a radiodifusão comunitária enfrenta por parte do Estado brasileiro restrições discriminatórias que impedem o cumprimento pleno de sua função social. Diante dessa realidade, a ARTIGO 19 tomou a iniciativa de criar o Observatório da Comunicação Comunitária com duplo objetivo: de um lado, produzir dados e análises relacionados aos desafios que o setor tem que enfrentar e, de outro, valorizar os veículos de Comunicação Comunitária. Pretende-se, em última instância, influenciar a opinião pública brasileira e dos tomadores de decisões para a estruturação efetiva do sistema de Comunicação Comunitária.⁶⁵

Essas são apenas algumas das muitas iniciativas que apoiam a produção das rádios comunitárias, direta ou indiretamente. A grande quantidade de grupos que

⁶³ Disponível em: <http://amarcbrasil.org/o-que-e-amarc-brasil/>>. Acesso em: 27/02/2012.

⁶⁴ Disponível em: <http://www.abraconacional.org/diretoria/diretoria-2001/>. Acesso em: 27/02/2012.

⁶⁵ Disponível em: <http://obscomcom.org/apresentacao/>. Acesso em: 27/02/2012.

prestam esse suporte técnico, legal ou intelectual aos grupos comunitários mostra a necessidade de ajuda que os meios comunitários demandam, mas também o crescimento deles no Brasil.

4. Comunicação comunitária digital no Morro Santa Marta: auto-representação em rede

Localizado na Zona Sul do Rio de Janeiro, no bairro de Botafogo, o morro Santa Marta começou a ser povoado em 1924 por operários que trabalhavam nas obras de expansão do Colégio Santo Inácio e suas famílias e, a partir de 1929, agricultores pobres do Vale do Paraíba que sofreram com a queda do preço do café (TEIXEIRA)⁶⁶. Nas décadas seguintes, imigrantes nordestinos passaram a também ocupar o Santa Marta⁶⁷.

Existem algumas versões para explicar a origem do nome do Santa Marta. Uma delas diz que é por conta de uma imagem da santa de mesmo nome levada por uma moradora ao topo do morro onde foi construída uma capela para abrigar a estátua; outra diz que a pequena ermida, um local de descanso, é dedicada à santa por causa da passagem bíblica que conta que Jesus repousou na casa de Marta, e uma terceira garante que esse era o nome da dona do terreno onde hoje existe o mirante Dona Marta. Essa última explica, inclusive, a confusão entre o nome do acidente geográfico (Dona Marta) e o nome da favela (Santa Marta). Somado a isso, existe a questão dos evangélicos, que por repudiarem a figura dos santos, se referem ao local como Dona Marta.

Entre os grupos que trabalham com Comunicação Comunitária no Santa Marta, merece destaque o pioneiro Grupo ECO, que surgiu na década de 70 do século XX. Seus principais produtos são o *Jornal ECO*, a *TV Favela*⁶⁸ e o *Blog Nossa Opinião*⁶⁹.

Também em evidência, dentro e fora do morro, existe o coletivo Visão da Favela Brasil⁷⁰, responsável pela Rádio Santa Marta, que funcionou em FM e *online* entre os anos de 2010 e 2011, fechada pela Polícia Federal por ordem da Anatel⁷¹.

Finalmente, cabe mencionar o Movimento Independente Social, que mantém o jornal mensal e impresso *O Santa Marta*⁷², desde 2011.

⁶⁶ Disponível em: http://amabotafogo.org.br/historia/santa_marta.asp Acesso em: 12/11/2012.

⁶⁷ Disponível em: <http://www.grupoeco.org.br/html/historia.html>. Acesso em: 12/11/2012.

⁶⁸ Disponível em: http://www.grupoeco.org.br/html/grupo_eco.html. Acesso em: 14/02/2013.

⁶⁹ Disponível em: <http://blognossaopiniao.blogspot.com.br>. Acesso em: 14/02/2013.

⁷⁰ Disponível em: <http://www.visaodafavelabrasil.com.br/>. Acesso em: 14/02/2013.

⁷¹ Disponível em: <http://amarcbrasil.org/fechamento-da-radio-comunitaria-santa-marta/>. Acesso em: 14/02/2013.

⁷² Disponível em: <http://jornalosantamarta.wordpress.com/>. Acesso em: 14/02/2013..

São esses os três núcleos que sobressaem no cenário da comunicação no Santa Marta e, em comum, o uso intensivo dos recursos da Web 2.0 para divulgar suas ações. Inclusive, a Internet é usada como meio de propagação de alguns de seus produtos de comunicação.

4.1 Política de repressão às rádios comunitárias dos governos Lula e Dilma Russeff

Diante da intensa capacidade de aproximação de praticamente qualquer público e o baixo custo de implantação, diversas experiências frutíferas de rádio comunitárias vêm surgindo nas duas ultimas décadas. Em alguns casos, a audiência dessas rádios é tão expressiva que chega a incomodar as rádios comerciais (SANTOS *apud* SODRÉ, 2003)⁷³.

Em tudo isto mantém-se invariável o padrão: agentes federais invadem as rádios, exibem um mandado de busca e apreensão (geralmente, não deixam cópias, que são entregues apenas no meio do processo) e levam todo o material. Não raro, esse tipo de procedimento é apoiado por armas pesadas, e pode mesmo ocorrer que os responsáveis saiam dali algemados para a prisão, como ocorreu na invasão da Rádio Bicuda, no Rio de Janeiro. Após os fechamentos (quase sempre irregulares), vários processos são arquivados, ou então os jornalistas se deparam com grande dificuldade para obter informação sobre o andamento do processo (SODRÉ, 2003).

Até 19 de fevereiro 1998, quando a Lei 9.612, que rege o serviço de radiodifusão comunitária, foi promulgada, oficialmente não existiam emissoras comunitárias no Brasil. Na prática, diversos grupos sociais (em 1995 os números eram controversos e especulava-se algo ente 5.500 e 10.000 rádios comunitárias livres) já usavam as ondas do rádio para dar vazão às suas demandas, entre elas a busca por direitos e pela representação que jamais encontravam na grande mídia, fazendo a “reforma agrária do ar” (PERUZZO, 1998).

Para Paiva & Sodré, a morosidade nos processos de outorga é mais uma arma usada pela Polícia Federal e para Anatel para que consigam fechar as rádios de grupos que não puderam mais esperar para exercer seu direito a liberdade de expressão:

⁷³ Disponível em: www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/ipub041120031.htm. Acesso em 22/02/2012.

os processos ficam anos parados na Anatel, sem maiores satisfações ao solicitante, apesar do reconhecimento e das parcerias que administrações federais, estaduais e municipais estabelecem com rádios comunitárias para divulgação de seus programas sociais. Nesse tempo em branco, a Anatel e a Polícia Federal prendem pessoas e apreendem equipamentos, sob a alegação da prática do crime de atividades clandestinas de telecomunicações, previsto no artigo 183 da Lei 9.472/97. "Esquecem-se" apenas que esta lei não inclui as rádios comunitárias, sujeitas à Lei Especial.⁷⁴

Mesmo com a criação da lei que permite o serviço da radiodifusão comunitária, a perseguição às emissoras comunitárias continuou cerrada. De acordo com o delegado de Polícia Federal Armando Coelho Neto (2013), o problema não está na lei 9.612, mas na coerção feita através de uma lei anterior que, na verdade, regia as telecomunicações:

“A rigor eu não vejo grande evolução na questão da legislação brasileira. A questão das rádios continua sendo muito mais uma questão política, de postura de governo, do que mesmo de legislação. O que a gente constata, em termos de legislação é uma interpretação, forçada pelas grandes emissoras (...) O código de telecomunicações é de 62, então eles dizem que vale para fechar rádio. Então, a gente constata que realmente existe um problema que não é necessariamente de lei. Depois desse código de telecomunicações de 62, veio uma lei específica de telecomunicações (em 1997). Essa lei de telecomunicações veio para favorecer às grandes corporações e separaram constitucionalmente os dois conceitos.(...) Criou-se uma lei de telecomunicação e depois criou-se uma lei de radiodifusão (em 1998). Dentro do direito existe uma questão muito simples que é o seguinte: lei posterior revoga a anterior e lei específica revoga geral. A lei das rádios comunitárias é específica e posterior. Isso é um princípio extremamente primário ignorado pelos tribunais. (...) O que existe é uma força de barra da Anatel, juízes, Polícia Federal de quererem enquadrar a questão das rádios comunitárias na lei de telecomunicação, que é uma lei que não se aplica (a este caso).(…) Então, em termos de legislação (a Lei 9.612) foi positiva, porque se criou uma lei. Não se aplica essa lei por falta de vontade política.”⁷⁵

No governo Dilma Russeff, a política oficial com relação às rádios comunitárias é de suposta conciliação e de apoio à qualificação dos operadores de rádios

⁷⁴ Disponível: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/ipub021020021.htm>. Acesso em: 24/02/2013.

⁷⁵Fala extraída da participação do delegado no programa da Brasilianas.org., da TV Brasil, em 18/02/2013. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/cidadania/galeria/videos/2013/02/brasilianasorg-discute-os-mitos-sobre-as-radios-comunitarias>. Acesso em: 24/02/2013.

comunitárias. De acordo com a Agência Brasil⁷⁶ (2011), em 26 de setembro de 2011, o então ministro das comunicações, Paulo Bernardo Silva, assinou um acordo com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), e com a Associação das Rádios Públicas do Brasil (Arpub), que permitirá que comunicadores de rádios públicas e comunitárias recebam capacitação profissional:

O ministro destacou que a iniciativa permitirá que a experiência acumulada pelos profissionais dos veículos públicos “bem estruturados e com boas condições de funcionamento” ajudem as rádios comunitárias, “que têm carências que todos conhecemos”.⁷⁷

Entretanto, em 14 de outubro de 2011, o mesmo ministro assinou a Portaria 462, que aprova a Norma N° 1/2011 – que estabelece os procedimentos para a outorga de rádios comunitárias – sem incluir as sugestões de entidades como Amarc-Brasil durante a consulta pública a que o texto foi submetido em junho do mesmo ano (LUZ, 2011). A referida sugestão da ONG entende que apoio cultural:

é a forma de patrocínio dos programas da emissora, para pagamento dos custos relativos à transmissão da programação, do operador ou locutor, ou de um programa específico. Deve se limitar a 25% da programação (como estabelece o art. 28 do Decreto 52.795/63, para as outras modalidades de comunicação).⁷⁸

Com a nova portaria, a burocracia para se colocar uma rádio comunitária no ar, legalmente, passou a ser maior, e documentos aparentemente incoerentes passaram a ser exigidos, como o encontrado na alínea g, do inciso 1 do § 8º da referida norma, que exige “declaração assinada por todos os dirigentes, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço”⁷⁹.

Outra questão que já vinham sendo interpretada em benefício das rádios comerciais e em detrimento das rádios comunitárias, mas que não tinha o devido amparo legal para tanto, passou a ser disposta na mesma norma. A definição de apoio cultural, que até então estava em aberto, passou a ser tratada da maneira mais restritiva, de forma que as rádios comunitárias, que na maior parte das vezes já funcionam com

⁷⁶ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-09-26/ministerio-das-comunicacoes-e-entidades-publicas-vao-capacitar-profissionais-de-radios-comunitarias>. Acesso em: 27/02/2012.

⁷⁷ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-09-26/ministerio-das-comunicacoes-e-entidades-publicas-vao-capacitar-profissionais-de-radios-comunitarias>. Acesso em: 27/02/2012.

⁷⁸ Disponível em: <http://amarcbrasil.org/portaria-462-norma-0111-quer-calar-a-voz-das-radios-comunitarias/>. Acesso em: 25/03/2012.

⁷⁹ Disponível em: <http://www.mc.gov.br/component/content/article/273-lex/portarias/26087-portaria-n-462-de-12-de-novembro-de-2012>. Acesso em: 26/02/2013.

uma estrutura financeira bastante restrita, fossem alijadas do processo de captação de recursos.

Apoio cultural – É a forma de patrocínio limitada à divulgação de mensagens institucionais para pagamento dos custos relativos à transmissão da programação ou de um programa específico, em que não podem ser propagados bens, produtos, preços, condições de pagamento, ofertas, vantagens e serviços que, por si só, promovam a pessoa jurídica patrocinadora, sendo permitida a veiculação do nome, endereço e telefone do patrocinador situado na área da comunidade atendida (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2012).⁸⁰

Com a referida definição, que impede que um produto e seu preço sejam divulgados e que restringe a localização do patrocinador à área em que a rádio se localiza, é cortada uma importante fonte de renda para a subsistência das rádios comunitárias, principalmente aquelas localizadas em favelas e bairros pobres. O dono de um pequeno estabelecimento dificilmente poderia investir em apoio cultural se nem mesmo o preço do pão da padaria local pode ser mencionado.

O mesmo governo que declara que pretende qualificar as equipes que operam rádios comunitárias trata de criar dispositivos que ajudam a extingui-las. Como no conto kafkiano narrado pelo sacerdote e capelão do presídio (a mesma personagem faz os dois papéis, simultaneamente), em *O processo*, cria-se uma porta de entrada para o direito à liberdade de expressão, mas na verdade ela foi feita para nunca ser atravessada por determinadas pessoas. No romance, um homem espera por toda a sua vida para entrar na “Lei” sem nunca lograr êxito. O porteiro sempre veda a sua entrada, mas jamais afirma que essa proibição é eterna e até admite que em algum momento ela possa ser suspensa. No momento em que o homem, já perdendo as forças vitais, pergunta ao porteiro por que ninguém mais havia buscado entrar na “Lei”, o porteiro responde: “Aqui, ninguém, a não ser tu, podia entrar, pois esta entrada era apenas destinada a ti. Agora vou-me embora e fecho-a” (KAFKA, 2007, p. 240).

No caso das rádios comunitárias – que incomodam o poder, por reivindicarem seu quinhão no dial – em sua maioria, parecem estar destinadas a ficar pelo caminho, vencidas pela burocracia. Para aquelas poucas que conseguem seguir e atravessar a porta da outorga, a maior parte não sobrevive por muito tempo, já que a captação de recursos é árida. Para as rádios que mesmo assim conseguem resistir à falta de recursos,

⁸⁰Disponível em: <http://www.mc.gov.br/component/content/article/273-lex/portarias/26285-portaria-n-462-de-14-de-outubro-de-2011>. Acesso em: 26/02/ 2013.

ainda existe a perseguição com relação à potência e, por consequência ao alcance. Em alguns casos, chega-se a acusar às rádios comunitárias de invadirem o espectro das rádios comerciais e de serviços de comunicação de aeroportos, helicópteros e da polícia, sem fundamentos técnicos/científicos que comprovem essas alegações. Assim apontam as pesquisas de Chico Lobo, precursor do movimento das rádios livres no Brasil:

Segundo João de Ataliba Nogueira, engenheiro de instrumentos da Varig, em matéria na revista Fly nº 27, de janeiro/93, "nenhum tipo de radiofrequência adentra através da fuselagem das aeronaves comerciais modernas, pois elas são construídas para suportar todo tipo de intempérie ou interferência que possa prejudicar a segurança de nossos passageiros (...) Nossas aeronaves são testadas em todas as condições adversas, antes mesmo da primeira decolagem e nas demais revisões de rotina, pois qualquer avião sobrevoa os quatro cantos do planeta, em lugares com as mais diversas atividades de rádio possíveis". Esse pronunciamento, de uma autoridade técnica, foi publicado antes dos donos das grandes emissoras se sentirem ameaçados pelas pequenas, as rádios comunitárias, que estão surgindo (NOGUEIRA *apud* LOBO).⁸¹

Em sua dissertação de mestrado, João Paulo Malerba, atual coordenador executivo da Amarc Brasil, endossa às conclusões a que Chico Lobo chegou quanto à incapacidade de uma rádio de baixa potência interferir na comunicação aeronáutica e ressalta que, na verdade, a interferência é feita pelas rádios comerciais, que têm alta potência:

De acordo com resultados do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Rádios Comunitárias, são as rádios comerciais as verdadeiras responsáveis pelas interferências causadas na comunicação com aviões e helicópteros em São Paulo. Essas rádios chegam a transmitir 200% acima da potência permitida (FERREIRA *apud* MALERBA, 2006, p. 32).⁸²

Quando o Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu o governo do País, acreditava-se que a repressão sob as rádios comunitárias diminuiria e avanços legais para a concessão de novas outorgas seriam atingidos. Entretanto, o que se viu foi o incremento da perseguição. Segundo o radialista Tião Santos, coordenador da rádio

⁸¹ Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/03/249607.shtml>. Acesso em 13/02/2013.

⁸² Essa declaração foi feita por Joilson Ferreira, na época secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, durante a Audiência Pública sobre Rádio Digital realizada no dia 22 de fevereiro de 2006, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.pos.eco.ufrj.br/>. Acesso em: 20/02/2013.

Viva Rio, no primeiro ano de mandato, o governo Lula fechou 17% mais rádios que em 2002, último ano do mandato de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso⁸³. Jonas Valente (2012), jornalista e pesquisador ativamente envolvido com as políticas públicas de comunicação e movimentos sociais endossa a fala de Tião Santos:

Durante a primeira gestão de Lula, houve dois esforços para atacar um dos maiores desafios do setor: analisar todos os pedidos de outorgas de rádios comunitárias e desburocratizar o processo. Dois grupos de trabalho foram criados para buscar soluções para estes problemas, mas nenhum deles ensejou mudanças concretas nos procedimentos voltados a estas emissoras. Ao contrário, a partir da segunda gestão de Lula e durante o governo Dilma, as estações comunitárias sem licença continuaram sendo duramente reprimidas pela Polícia Federal e pela Agência Nacional de Telecomunicações. A gestão atual do Minicom piorou a condição dessas emissoras ao publicar a Norma nº 1 de 2011, que amplia as exigências burocráticas para a solicitação de autorização e restringe o já limitado mecanismo de financiamento dessas rádios: o apoio cultural.⁸⁴

Segundo a ONG Artigo 19⁸⁵, que trabalha em favor da liberdade de expressão, mediante pedido formal, a Anatel informou o número do fechamento rádios sem outorga nos anos de 2010 e 2011⁸⁶. Fazendo uma análise dos números apresentados, considerando-se que as rádios estão divididas dentro do limiar da potência permitida às rádios comunitárias, até 25 watts; acima do limiar permitido e “sem registro de potência”, é possível concluir que, tanto em 2010 como em 2011, aproximadamente 48% das rádios fechadas funcionavam dentro do baixíssimo limite permitido às rádios comunitárias.

Dados informados pela Anatel à Artigo19:

Estações não outorgadas interrompidas pela Anatel				
Ano	Total (a)	<=25 watts	>25 watts	Sem Registro de Potência
2010	940	363	449	128
2011	698	284	333	81

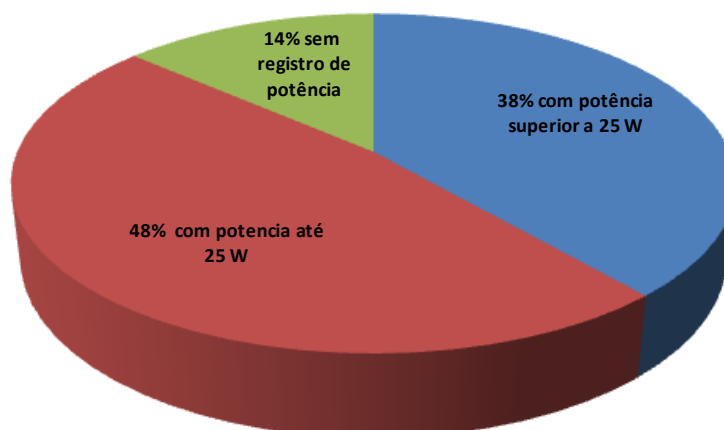
⁸³ Disponível em: <https://portaldovoluntario.v2v.net/posts/461> Acesso em 13 de fevereiro de 2013.

⁸⁴ Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/11519>. Acesso em 13 de fevereiro de 2013.

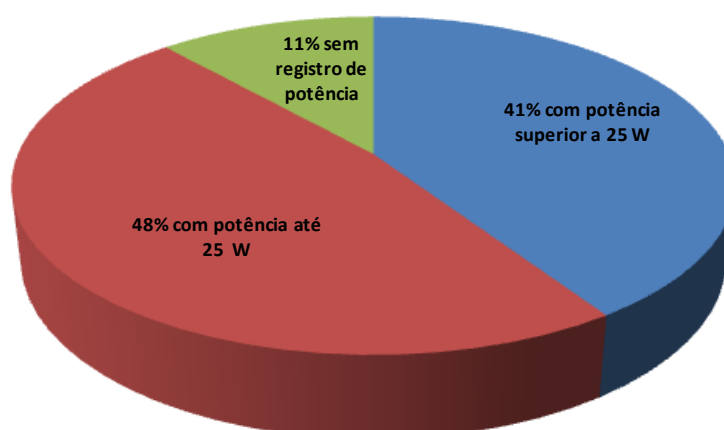
⁸⁵ Disponível em: <http://artigo19.org/>. Acesso em 20/01/2012.

⁸⁶ Disponível em: <http://artigo19.org/centro/esferas/detail/251>. Acesso em 20/01/2012.

Fechamento de rádios não outorgadas - 2010



Fechamento de rádios não outorgadas - 2011



Por outro lado, de acordo com a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), o fechamento de rádios não legalizadas teve redução de 56% em cinco anos (de 2006 a 2010). Para o diretor-geral da instituição, essa diminuição se deu por conta de uma suposta impunidade:

Na opinião do diretor-geral da Abert, Luis Roberto Antonik, os números revelam o descontrole da pirataria no setor. “Não é que a Anatel perdeu a capacidade de fiscalizar, nem o número de rádios clandestinas diminuiu, muito pelo contrário. Os radiodifusores é que

desanimaram de denunciar porque veem que ‘nada acontece’”, afirma.⁸⁷

Dados informados pela Anatel à Abert:

Ano	Denúncias de entidades não-outorgadas	Fiscalizadas (casos)	Fechadas (radiodifusão)
2006	6.076	5.167	1.602
2007	4.964	3.569	1.343
2008	4.973	4.317	1.252
2009	6.677	2.269	881
2010	2.376	2.100	940
2011			705 (/Nov)

Análise percentual dos dados informados pela Anatel à Abert:

Ano	Percentual de denúncias fiscalizadas	Das denúncias fiscalizadas, percentual de rádios fechadas	Percentual de denúncias que geram fechamentos
2006	85%	31%	26%
2007	72%	38%	27%
2008	87%	29%	25%
2009	34%	39%	13%
2010	88%	45%	40%

Em uma análise dos referidos dados, é possível concluir que entre 2006 e 2010, com exceção do ano de 2009, o percentual de denúncias apuradas sempre foi superior a 70%, e das rádios fiscalizadas, pelo menos 29% eram fechadas.

4.2 Panorama dos veículos comunitário no Morro Santa Marta

De dentro do Santa Marta, principalmente nos última década, com a popularização do acesso à Internet nos espaços populares (muitas vezes através das *lan houses* e do telecentro), diversos grupos passaram a divulgar seus assuntos de maior

⁸⁷ Disponível em: <http://www.abert.org.br/site/index.php?/noticias/todas-noticias/quantidade-de-radios-ilegais-fechadas-pela-anatel-diminuiu-em-56-em-cinco-anos.html>. Acesso em 21/01/2013.

interesse em sites/blogs e redes virtuais de relacionamento próprios ou de ONGs, coletivos e instituições que disponibilizem esse espaço.

No agendamento desses veículos comunitários, as pautas mais comuns são as reuniões da associação de moradores, tratando de questões como as ameaças de remoções das casas do topo do morro e a manutenção do plano inclinado – veículo muito semelhante ao bonde e que costuma ser utilizado em locais onde o declive é bastante acentuado – festas locais e outras questões de utilidade pública. Alguns chegam a disponibilizar versões impressas – revistas, cartilhas e até livros – mas, na maior parte dos casos, não existe uma periodicidade, já que os custos de produção e impressão são elevados.

A Rádio Santa Marta, no seu quase um ano de transmissões no ar, foi uma exceção, pois mostrava simultaneidade no conteúdo disponibilizado na Internet e no dial, apresentava grade fixa e tinha transmissões regulares. Atualmente, sua sobrevivência resume a algumas reportagens especiais, veiculadas em vídeo, no Youtube⁸⁸.

A Internet pode ainda não ser acessível a todos moradores, mas tem se mostrado um espaço bastante maleável, que comporta diversos formatos de produção (textos, vídeos, músicas, programas radiofônicos e imagens) tanto para “falar para dentro” – principalmente com os moradores mais envolvidos com as questões sociais do morro – quanto “para fora”, o que catalisa a busca por aliados externos estratégicos. A creche do Grupo ECO conta com patrocínios e apoios externos e divulgam seus agradecimentos a eles no site de um dos seus projetos, o “Navegar é Preciso”. Além de empresas que ofereceram apoio e aos moradores que colaboram com a colônia, ficaram registradas as participações de famosos, como Luana Piovanni, Dudu Azevedo, o dançarino Fly, Pedro Bial, Leandro Sapucay e Juliana Knust, nas atividades recreativas.⁸⁹

Nesse cenário de possibilidades na rede, revela-se importância dos veículos comunitários como agentes mobilizadores da população local quanto aos seus interesses, de forma que essa mesma população possa capitanear suas discussões de forma crítica e ética, visto que a Comunicação Comunitária se define pelo

⁸⁸ Vídeo produzido por Natalia Urbina, uma das integrantes da RSM, que é mestranda do Departamento de Geografia da UFRJ e pesquisa Comunicação e Educação na Favela Santa Marta. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=o9zoD7N5R8c>. Acesso em 14 de novembro de 2012.

⁸⁹ Disponível em <http://blognossaopiniao.blogspot.com.br/2012/01/encerramento-da-colonia-de-ferias-do.html>. Acesso em 20 de abril de 2012.

engajamento politizado (MALERBA, 2008; PAIVA, 2007; PAIVA & GABBAY, 2008).

Em sua pesquisa sobre o Telecentro Comunitário do distrito de Arrozal, em Pirai, Saldanha (2008) ressalta a importância dos veículos comunitários para a formação de visão crítica à mídia massiva:

Quando os membros de uma comunidade têm acesso a dados e a fatos diferenciados dos veiculados pela grande mídia, se mantêm providos da sensatez que lhes permitirá refletir sobre as informações às quais já estão acostumados a receber de determinados veículos de comunicação. (...) Na prática, a partir da aquisição de referências diversificadas, a Comunidade pode ter a chance de vir a se conhecer no ato de produzir. Pois quando produzem de fato, saem da apatia que os leva a simplesmente fabricar e manipular uma reprodução e passam a agir na concepção de *technè* que, diferentemente, prioriza um saber (Ibidem, p.69).

Neste sentido, Delgadillio (2008)⁹⁰ ressalta a importância dos telecentros comunitários como espaço para formação de massa crítica e como meio de melhora de qualidade de vida da população que utiliza seu suporte não apenas técnico/tecnológico como intelectual:

Os telecentros comunitários são iniciativas que utilizam as tecnologias digitais como instrumentos para o desenvolvimento humano em uma comunidade. Sua ênfase é o uso social e a apropriação das ferramentas tecnológicas em função de um projeto de transformação social para melhorar as condições de vida das pessoas. (...) Nos telecentros comunitários formam-se facilitadores/as e promotores/as comunitários/as não só em aspectos técnicos de informação e comunicação como também em usos estratégicos das tecnologias digitais para a mudança social. Os telecentros comunitários são locais de encontros e intercâmbio, espaços de aprendizagem, crescimento pessoal e mobilização para resolver problemas e necessidades da comunidade (DELGADILLO *et al*, 2002, pp 8-9).

Entre os projetos que coexistem no Santa Marta, é importante ressaltar o pioneiro Grupo ECO, entidade sem fins lucrativos fundada em 1976, pelo jornalista e líder comunitário Itamar Silva. Oferece atividades culturais voltadas para crianças e adolescentes (com destaque para a colônia de férias) e atua também nas questões de

⁹⁰ Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2056044.PDF>. Acesso em: 23/02/2013.

interesse coletivo, como a discussão do projeto de urbanização de favela. Desde a sua fundação, conta com o *Jornal ECO*, que circula quatro vezes por ano, sempre que os recursos para tanto conseguem ser obtidos através de parcerias.

O grupo também produz, desde 1984, a TV Favela, que chegou a veicular reportagens para 650 casas, até que em 2004, com o fim da antena coletiva, houve a necessidade de se buscar outros meios de propagação. Atualmente a TV Favela é transmitida em exposições no Santa Marta e em festivais como o Tangolomango e Festival de Cinema do Rio de Janeiro⁹¹ e, desde nove de janeiro de 2011, também tem um canal no Youtube em que apresenta as ações do Grupo ECO e reportagens sobre o morro e seus eventos locais, além de depoimentos de moradores, entre outros⁹².

Além do site e canal, o ECO esteve fortemente envolvido na questão da inclusão digital no Santa Marta, através do curso de montagem e manutenção de microcomputadores Garagem de Computadores; da rede local Favela *Online* (FOL)⁹³ e, atualmente, da discussão sobre os *softwares* livres e do acesso aos programas de design. O FOL é uma rede local criada com o intuito de ligar os jovens do Santa Marta para que pudessem jogar *Counter-Strike*, um *game online* de tiro em primeira pessoa em que terroristas e contra-terroristas lutam até a vitória de um dos lados.

Ainda dentro do escopo de projetos do Grupo ECO existe o Navegar é Preciso, que mantém o *Blog Nossa Opinião*⁹⁴. Em sua página, o blog fala das ações do ECO; festas no Santa Marta, como a tradicional Folia de Reis, e debate a ameaça de desocupação. O curso, mantido através de recursos do edital “Microprojetos Mais Cultura para os Territórios da Paz”, do programa governamental Mais Cultura, ensina técnicas para a montagem e atualização de blogs.

Outro grupo que detém um veículos comunitários no Santa Marta é o Movimento Independente Social e Cultural (MISC). Além do *blog Jornal o Santa Marta*⁹⁵ – que fala de festas locais e questões de interesse coletivo, relata de forma subjetiva a história dos moradores, principalmente os mais antigos – tem um jornal mensal impresso, *O Santa Marta*, fundado em outubro de 2011, com tiragem de 1 mil

⁹¹ Disponível em: <http://www.grupoeco.org.br/html/departamentos.html>. Acesso em 25/04/2012.

⁹² Disponível em: <http://www.youtube.com/user/SantaMartaGrupoEco>. Acesso em 14/11/2012. Neste mesmo dia, contava com 15 inscritos e 10055 visualizações.

⁹³. Entrevista de Itamar Silva à revista *Democracia Viva* em que menciona a finalidade da FOL disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/13474813/2101119773/name/Entrevista>. Acesso em: 26/04/2012.

⁹⁴ Disponível em: <http://blognossaopinia.blogspot.com.br/>. Acesso em 25/04/2012.

⁹⁵ Disponível em: <http://jornalosantamarta.org>. Acesso em 25/04/2012.

exemplares e alcance médio de 5 mil moradores por edição. A publicação, feita por um grupo com pelo menos um jornalista profissional responsável, José Luis Rocha, conta com colunas de política e comunidade, esportes, saúde, educação, lazer e histórias locais. Até março de 2012, já contava com seis edições. Como projeto futuro, o MISC pretende lançar o *telejornal O Santa Marta em Movimento*⁹⁶.

4.3 Acesso à Internet x inclusão digital no Morro Santa Marta

Em 9 de março de 2009, após a implantação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), o Santa Marta passou a ser a primeira favela do Brasil com acesso gratuito a uma rede de Internet Wi-fi como parte do projeto Estado Digital, implementado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia.

O Santa Marta Digital foi viabilizado graças a uma parceria entre a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-Rio), Secretaria de Ciência e Tecnologia, Secretaria de Segurança Pública e Faperj. Ao todo, foram instaladas 16 antenas para garantir a transmissão do sinal de Internet em todos os pontos do morro. Deste total, 13 foram viabilizadas pela Secretaria de Segurança Pública, que cedeu equipamentos de telecomunicações utilizados durante a realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007, na cidade do Rio de Janeiro. Segundo estatísticas colhidas na comunidade, existem ali cerca de 1.600 computadores, porém apenas cerca de 800 possuem conexão com Internet, viabilizada por meio de 15 provedores comerciais diferentes, muitas vezes lentos e de baixa qualidade na transmissão de dados, além de caros. (Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, 2009)⁹⁷

Na mesma época, foi instalado um quiosque na Praça Corumbá – localizado próximo à subida da favela - que durante apenas três meses ofereceu aos moradores instruções básicas de como usar computadores e Internet. Durante visita ao Santa Marta realizada pela autora desta pesquisa, logo depois da implantação da rede Wi-Fi, em 20 de abril de 2009, um dos monitores explicou que, como a frequência dos moradores era intermitente, parecia difícil formar turmas. Além disso, o grau de instrução de uns (principalmente os jovens) era muito maior do que de outros

⁹⁶ Informação fornecida por José Luís da Rocha, por e-mail trocado com autora, em 5/03/2012.

⁹⁷ Disponível em: http://www.faperj.br/boletim_interna.phtml?obj_id=5281. Acesso em: 22/02/2013.

(principalmente as pessoas mais velhas). Dessa forma, as dúvidas do público eram tiradas individualmente.

Assim que a rede foi instalada, muito se reclamou dos “pontos cegos” que dificultavam ou impediam a conexão em determinados pontos do morro. Em alguns casos, a rede parecia não funcionar por conta da barreira de concreto das casas erguidas quase que umas sobre as outras, como é o caso da Associação de Moradores do Morro Santa Marta (AMMSM), que já em 2009 usava a rede sem fio gratuita, mas para tanto necessitava de uma antena para captar o sinal. No entanto, há pontos em que a conexão é realmente deficiente, como é o caso da quadra da escola de samba, o Grêmio Recreativo Escola de Samba Mocidade Unida do Santa Marta⁹⁸.

Antes mesmo da implantação da rede sem fio de Internet, o Grupo ECO já realizava um trabalho pioneiro tanto no acesso quanto na inclusão digital no Santa Marta:

O Grupo ECO foi responsável pela instalação da primeira escola de informática e o primeiro curso de montagem de computadores (uma garagem de computador) no morro de Santa Marta, em 1995. Também foi pioneiro na instalação da primeira rede de intranet em favela, projeto conhecido como FOL - Favela On Line. Hoje, no Santa Marta, existem três redes comerciais de acesso à Internet e quatro Lan Houses, além de cursos de informática oferecidos pela Faetec. Então, o Grupo ECO decidiu concentrar suas ações na discussão sobre os softwares livres e no acesso a programas de designer gráfico⁹⁹.

Mostrando o seu potencial na busca pela inclusão digital como meio mobilização social, a comunidade da favela Santa Marta ganhou o primeiro telecentro do Rio Janeiro, com acesso à Internet, já em 2002, por iniciativa do Grupo ECO e com suporte técnico *online* da ONG Rede de Informações do Terceiro Setor (Rits). Por conta da Rits, o Telecentro do Santa Marta é interligado a outros telecentros da América Latina. (SALDANHA, 2006)¹⁰⁰.

⁹⁸ Em 20 de abril de 2009, durante visita da autora à favela, os funcionários da AMSSM elogiaram muito a velocidade e a qualidade da Internet. Já o sinal na escola de samba não funciona, de acordo com testes feitos pela autora com dois dispositivos móveis (um aparelho celular habilitado para captar Internet sem fio e um Ipod da 4ª geração), na noite em 8 de setembro de 2011. É importante ressaltar que o sinal era igualmente inoperante dentro e fora da quadra, o que afasta a possibilidade de que o concreto do ambiente *indoor* pudesse estar atrapalhando. A conexão era feita, mas não era possível usar as funcionalidades da Internet. A escola de samba e a associação de moradores são em lugares distintos, o que mostra que o sinal funciona, mas não de maneira uniforme em todo o morro.

⁹⁹ Disponível em: <http://www.grupoeco.org.br/html/departamentos.html>. Acesso em: 3/05/2012.

¹⁰⁰ Disponível em: http://www.unirevista.unisinos.br/pdf/UNIrev_Saldanha.PDF. Acesso em: 23/02/2013.

Segundo Saldanha (2006), o Telecentro Santa Marta vai além do discurso raso sobre a importância de se oferecer simplesmente o acesso à Internet, mostrando-se como

uma possibilidade de reconversão do olhar que posicionava a infoinclusão social que, se antes era compreendida somente no âmbito da Sociedade da Informação, pôde ser enxergada no âmbito da Cultura da Comunicação (Ibidem, p.10)

o que aponta para a hipótese de que esse é um espaço em que a verdadeira inclusão digital é promovida, apresentando a Internet como meio de produção de massa crítica muito além de curiosa novidade, mas vazia de sentido.

4.4 Rádio Santa Marta como instrumento de auto-representação

Comandada por Emerson Cláudio Nascimento dos Santos (MC Fiell), Luís Fernando (Lula) e Alan Barcelos, a Rádio Santa Marta começou a funcionar em 30 de outubro de 2010, na sede do Coletivo Visão da Favela Brasil, através de equipamentos doados pelo músico Marcelo Yuca, que nos últimos anos tem se destacado pelo seu envolvimento com os movimentos sociais no Rio de Janeiro. Além de entrar no ar pela FM 103,3, podia ser ouvida em seu site¹⁰¹.

Com programação plural durante seus sete meses de funcionamento, deu voz àqueles que pediam espaço para expressar suas opiniões. Até mesmo a comandante da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Morro Santa Marta, a major Pricilla Azevedo, participou de um programa da rádio¹⁰².

Ao analisar a grade de programação da RSM, foi possível observar que ela funcionava, sem interrupções, das 8h às 24h (exceto aos domingos, quando ia das 8h às 22h) e contava com programas infantis, jornalísticos, religiosos, informativos, de moda, sobre imigração e musicais dos mais diversos estilos. Até mesmo o programa *A Voz do Brasil* era transmitido. Como a rádio não tinha outorga, a maneira encontrada para isso

¹⁰¹ Disponível em: <www.radiosantamarta.com.br>. Acesso em: 20/04/2012.

¹⁰² Declaração concedida por Cláudio Fiell à autora, durante entrevista realizada em 24/09/2011.

foi retransmitir o programa ligando um MP3 player¹⁰³, sintonizado numa rádio comercial aos equipamentos da RSM, durante o noticiário oficial¹⁰⁴.

Após conseguir larga audiência entre moradores do morro e de bairros vizinhos, além de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, ocorreu o fechamento da rádio, em três de maio de 2011, pela Polícia Federal. Diferentemente de que ocorreu em muitos outros casos de fechamento de rádios comunitárias, não houve violência física contra a equipe. Segundo Fiell, os próprios policiais concordaram que a rádio prestava um serviço muito importante para os moradores, mas que tinham que fechá-la porque não tinha a documentação legal para funcionar¹⁰⁵. Entretanto, houve a violência jurídica, e, por consequência, simbólica, já que não havia qualquer mandado de segurança que autorizasse o fechamento.

Se nós, da Rádio Santa Marta, não tínhamos outorga para transmitir na FM, a Anatel, junto com a Polícia Federal, não tinha nenhum mandado de busca e apreensão. Neste ponto, quem está errado? Nós, por estarmos exercendo o direito de nos comunicar e prestar um serviço de utilidade pública? É lamentável que isso seja corriqueiro no Brasil (FIELL, 2011).¹⁰⁶

Além do fechamento da emissora de forma irregular, o principal responsável pela Rádio Santa Marta foi processado e condenado a pagar indenização por operar sem outorga.

Fui para a delegacia junto com outro locutor (Antonio Peixe), prestar depoimento. Depois de alguns meses, chegou na minha casa uma intimação para comparecer na audiência. Fui julgado a pagar seis sextas básicas no valor de R\$ 300,00. Falei que eu fazia um trabalho voluntário na rádio e eu era autônomo. Baixou para seis sextas básicas, no valor de R\$100,00 (Idem).

Durante um mês, a rádio continuou a funcionar *online*, como única forma de sobrevivência e como ato de resistência. Entretanto, a desmobilização da equipe e o baixo acesso dos moradores à rádio, via Internet, fez com que o grupo decidisse parar com as transmissões, também na rede.

¹⁰³ Tocador de música digital que, em alguns casos, também tem rádio FM.

¹⁰⁴ Durante uma conversa via *messenger online*, realizada em 01/10/2011, Cláudio Fiell explicou à autora como era feito o processo.

¹⁰⁵ Declaração concedida por Cláudio Fiell à autora, durante entrevista realizada em 24/09/2011.

¹⁰⁶ Disponível em: <http://leccufrj.wordpress.com/2011/09/08/historia-da-radio-santa-marta-em-livro/>. Acesso em 14/02/2013. Entrevista concedida à autora enquanto bolsista de iniciação científica do LECC responsável pela manutenção do site do laboratório.

Sempre transmitimos na FM e na Internet, ao vivo. Com a proibição da FM, ficamos só na Internet. Mas sabemos que toda população do Santa Marta não tem computador, nem acesso à Internet. Achamos muito legal que outras pessoas estivessem nos acompanhando em outros estados e até outros países. Mas nosso foco e fins são as informações locais. E isso foi desmobilizando os locutores. Mas estamos reorganizando para voltar à Internet. Estamos precisando de um computador melhor. Quando comprarmos, iremos botar a rádio na rede. Estamos agitando para voltarmos à Internet e em caixinhas pelo morro todo (radio poste). Mas estamos enviando a documentação para o Ministério das Comunicações, pedindo outorga (FIELL, 2011)¹⁰⁷.

O caso da Rádio Santa Marta mostrou, mesmo que por tempo limitado, que a Internet é meio possível de sobrevivência para rádios comunitárias, ampliando os horizontes de divulgação das ideias de um grupo, já que o veículo comunitário além de produzir conteúdo que faça sentido interno, pode desejar o diálogo com atores externos. Para romper com a barreira dos estereótipos, tão importante quanto falar para o grupo é falar para fora sobre as reivindicações daquela comunidade, garantindo, assim, poder através do direito da auto-enunciação:

(...) comunicar a si próprio, e de maneira mais independente possível é questão central. É por isso que, quem detém os meios de representação, sempre está em vantagem, uma vez que é de um julgamento estético e, nesse sentido, ético, o que fundamenta a nossa argumentação: julgamos pelo que as coisas parecem ser, fundamentalmente porque, em sentido amplo, os mecanismos de apreensão simbólica, principalmente aqueles proporcionados pela grande mídia (cinema, jornalismo, publicidade e, agora, internet), nos apontam nessa direção (AMARAL FILHO, 2008, p. 80).

De qualquer forma, a rádio *online* não é projeto completamente abandonado, já que Fiell não deixa de considerar voltar à rede. Quanto à rádio FM, já foi iniciado o processo para que seja dada entrada no pedido de outorga. O primeiro paço foi a aprovação ata de fundação da rádio, em assembleia.

O dia 31 de maio de 2011 ficará para sempre na história do Morro Santa Marta. Oito meses depois de entrar em funcionamento, e um mês após o fechamento pela polícia, a Rádio Comunitária Santa Marta foi oficialmente fundada. Em uma assembleia com a participação de locutores, moradores e da futura diretoria da Rádio, foi aprovada a ata de fundação da Associação de Comunicação Comunitária Santa Marta¹⁰⁸.

¹⁰⁷ Ibidem.

¹⁰⁸ Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=_qBI7ObWuTY&feature=plcp. Acesso em 14/11/2012. É importante observar tanto o vídeo quanto o texto.

Nesse sentido, o exemplo da Rádio Santa Marta indica que a Internet pode ser um importante meio de propagação das ideias dos moradores de espaços populares. Entretanto, há que se entender que a rede tem características distintas dos meios tradicionais de produção em comunicação. O formato de rádio que funciona em FM pode não ser aquele que funcionará da melhor forma na Web 2.0. Neste caso, transmitir apenas sons e imagens pode sinalizar uma subutilização de um meio tão cheio de recursos interativos, uma característica que pode enriquecer veículos comunitários por meio da produção colaborativa dos que antes era apenas ouvintes/leitores/expectadores.

5. Conclusão

A primazia do Santa Marta no acesso à Internet, tanto por receber o primeiro Telecentro do Rio de Janeiro, em 2002 (quando o acesso à rede mundial de computadores era bastante insipiente no Brasil, contando com 16.388.758 usuários de Internet, segundo dados da BBC Brasil¹⁰⁹), quanto por ser a favela pioneira no País a receber uma *wi-fi* gratuita apontaram o potencial que os veículos comunitários *online* podem ter nesse lugar.

Ao conhecer os grupos que trabalham com a Comunicação Comunitária no Santa Marta, foi possível entender que esse potencial se traduz em produtos comunitários *online* caracterizados pelo conteúdo de crítica ao sistema capitalista e à grande mídia, como as que verificadas principalmente no blog Nossa Opinião, do Grupo ECO, e nos conteúdos da Rádio Santa Marta, segundo relatos do repper Fiell. Mesmo os veículos comunitários que inicialmente não dependiam da rede para existir lançam mão desse espaço para aumentar o alcance de seus enunciados, como o jornal *O Santa Marta*, do Movimento Independente Social e Cultural, que além do periódico mantém um blog homônimo.

A pesquisa mostrou outras iniciativas bem sucedidas pelo Brasil e pelo mundo que sugerem que a Internet pode ser um importante espaço de resistência para grupos que não se sentem representados pela grande mídia. A interatividade oferecida pelos recursos da Web. 2.0 dão a possibilidade de que essas páginas e blogs possam ser facilmente criados e que o público da comunidade geograficamente próxima ou não possam participar.

A Rádio Santa Marta, em sua versão *online*, perdeu força por causa da desmobilização do grupo após o fechamento da rádio FM por conta da falta de audiência local. Um possível fator para esse relativo insucesso foi a transposição do conteúdo da rádio no ar para a rádio na rede, sem que as possibilidades da Web 2.0 tivessem sido melhor aproveitadas. A Internet oferece diversos recursos para que um conteúdo radiofônico se limite apenas à transmissão de som. Poderiam ter sido opções de diálogo com o público local ou global o uso de redes sociais como o Twitter ou

¹⁰⁹Disponível em:

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/03/100312_superpower_crescimento_internet.shtml>.

Acesso em: 23/02/2013.

Facebook ou o uso de transmissão por *podcast*, que possibilita que o usuário da página possa escolher que conteúdos quer acessar e em qual ordem, como uma forma de deixar a grade da rádio por conta dos ouvintes.

Como o projeto da Rádio Santa Marta não foi abandonado pelo coletivo Visão da Favela Brasil, recentemente o site da rádio recebeu novos recursos, como vídeos “linkados” do Youtube, que podem ter o efeito próximo dos *pocasts*, somado ao recurso das imagens.

Neste sentido, a hipótese desta pesquisa foi parcialmente comprovada, pois embora as transmissões regulares da rádio tenham sido suspensas – o Visão da Favela Brasil continua a fazer vídeos e divulgar festas em prol da rádio, esporadicamente – mapeou-se diversos veículos comunitários *online* no Santa Marta, além de, pelo menos um meio para inclusão digital efetiva, o Telecentro Santa Marta. Merece destaque o Blog Nossa Opinião, do grupo ECO (o mesmo responsável pelo Telecentro) pelas discussões que suscita (comentários) e pelas questões de interesse coletivo que aborda.

Por fim, foi possível concluir que mesmo que a Web sirva ser um refugio para que as rádios comunitárias possam funcionar na legalidade sem que seja necessário esperar até 10 anos por isso, é necessário, aos grupos que querem se fazer ouvir pela produção de seus próprios conteúdos, permanecer na luta para que o direito à comunicação seja garantido, também no ar, àqueles que, merecidamente pleiteiam seu quinhão no *dial* e não aos que têm interesses comerciais, eleitores ou os que “têm Deus como patrocinador e o diabo como avalista”, como disse o radialista Jerry de Oliveira (2013)¹¹⁰. Embora os maiores interessados sejam os grupos envolvidos em movimentos sociais, essa deveria ser uma reivindicação de todos aqueles que acreditam que a liberdade de expressão é algo de que não se pode abrir mão, sob hipótese alguma.

Uma das lacunas desta pesquisa foi o reduzido número de visitas de campo (ao todo foram cinco, feitas nos anos de 2009 e 2011). As redes sociais ajudaram muito e possibilitaram diversas entrevistas, mas o contato pessoal ainda parece insubstituível. Um ponto que poderia enriquecer o trabalho e que não foi abordado foi a questão das rádios comunitárias em outros países, principalmente os da América Latina. Outra possível limitação desta monografia é característica mais expositiva do que reflexiva. A estrutura do trabalho deu mais ênfase a um mapeamento de veículos comunitários e

¹¹⁰ Disponível em: <http://www.ebc.com.br/cidadania/galeria/videos/2013/02/brasilianasorg-discute-os-mitos-sobre-as-radios-comunitarias>. Acesso em: 24/02/2013.

grupos que fomentam a Comunicação Comunitária do que a fala dos autores que puderam dar suporte ao tema. Para próximos trabalhos, esses são pontos que deverão ser melhor explorados.

6. Referências bibliográficas

ABRAÇO. *Apresentação*. 18/04/009. Disponível em: <http://www.abraconacional.org/diretoria/diretoria-2001/>. Acesso em: 27/02/2012.

AGÊNCIA BRASIL. *Ministério das Comunicações e entidades públicas vão capacitar profissionais de rádios comunitárias*. Brasília: 26/09/2011. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-09-26/ministerio-das-comunicacoes-e-entidades-publicas-vao-capacitar-profissionais-de-radios-comunitarias>. Acesso em: 27/02/2012.

AGÊNCIA BRASIL. Brasília: 21/09/2012. *Número de brasileiros com acesso à Internet cresce 14,7% em dois anos*. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-09-21/numero-de-brasileiros-com-acesso-internet-cresce-147-em-dois-anos>. Acesso em: 22/02/2013.

AGÊNCIA BRASIL, 26/09/2011. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-09-26/ministerio-das-comunicacoes-e-entidades-publicas-vao-capacitar-profissionais-de-radios-comunitarias>. Acesso em: 27/02/2012.

AGUIAR, Wladimir in OLIVEIRA, Luciana. *As rádios comunitárias na Internet*. Rede Viva Rio, 23/08/2010. 14/07/2011. Disponível em: <http://www.vivafavela.com.br/materias/r%C3%A1dios-comunit%C3%A1rias-na-internet>. Acesso em: 24/06/2011.

ALENCAR, Marcelo S.; LOPES, Waslon T. A.; ALENCAR. T. T. *O fantástico Padre Landellde Moura e a transmissão sem fio*. Instituto de Estudos Avançados em Comunicações (Iecom), 2000. Disponível em: http://www.memoriallandelldemoura.com.br/imagen/documentos/fantastico_landell.pdf. Acesso em 11 de dezembro de 2012.

AMARAL FILHO, Nemézio C. *As perigosas fronteiras da “comunidade”: um desafio à Comunicação Comunitária*. In: PAIVA, Raquel e SANTOS, Cristiano Henrique Ribeiro dos. *Comunidade e contra-hegemonia: rotas de comunicação alternativa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

AMARAL FILHO, Nemézio. *O passo a passo da monografia em Jornalismo*. Rio de Janeiro: Quartet, 2011.

AMARC BRASIL. *O que é Amarc Brasil*. Disponível em: <http://amarcbrasil.org/o-que-e-amarc-brasil/>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2012.

AMARC BRASIL. *Conceito*. Disponível em: <http://amarcbrasil.org/conceito/> Acesso em 25/02/2013.

ANTONIK, Luis Roberto. *Quantidade de rádios ilegais fechadas pela Anatel diminuiu em 56% em cinco anos*. Abert, 22/10/2011. Disponível em: <http://www.abert.org.br/site/index.php?/noticias/todas-noticias/quantidade-de-radios-ilegais-fechadas-pela-anatel-diminuiu-em-56-em-cinco-anos.html>. Acesso em: 21/01/2013.

ARNALDO, Carlos A. in FRASER, Colin; ESTRADA, Sonia Restrepo. *Communitary Radio Handbook*. Unesco, 2001. Disponível em: <http://developingradio.org/files/UNESCO%20CR%20Handbook.pdf>. Acesso em: 25/02/13.

ARTIGO 19. *Apresentação*. Disponível em: <http://obscomcom.org/apresentacao/>. Acesso em: 27/02/2012.

BBC BRASIL. *Mapa mostra acesso mundial à internet*. Atualizado em 12/03/2010. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/03/100312_superpower_crescimento_internet.shtml. Acesso em: 23/02/2013.

BELLONI, M. L. *Educação a Distância*. Campinas: Autores Associados, 2001, In MELO, Janete Aparecida Pereira. *Saberes e conceitos sobre a inclusão digital*. Seminário Abed 2006. <http://www.abed.org.br/seminario2006/pdf/tc010.pdf>. Acesso em acesso: 27/06/2011.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. Tradução: DIAS, Maria Carmelita Pádua. Revisão: VAZ, Paulo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006 (2ª edição).

CABRAL, Adilson. *Contrapontos e Perspectivas de uma Internet para Todos*. In: PERUZZO, Cicília Maria Krohling (org.). *Vozes Cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina*. São Paulo: Angellara Editora, 2004.

CARVALHO, Juliano Maurício de in MELLO, Daniel. *Rádio muda na forma de transmissão, mas continua sendo fundamental à sociedade, diz professor*. Empresa Brasileira de Comunicação, 13/02/2013. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/02/radio-muda-na-forma-de-transmissao-mas-continua-sendo-fundamental-a>. Acesso em 24/02/2013.

CASTELLS, Manuel. *La Galaxia Internet*. Revisão: QUIMANA, Raúl. Barcelona: Areté, 2001. (1ª edição)

CASTELLS, Manuel in OLIVA, Milagros Péres. *Internet, liberdade e autonomia*. Observatório da Imprensa: 29/01/2008. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/internet_liberdade_e_autonomia. Acesso em: 06/06/2011.

COMVERGÊNCIA DIGITAL. *Brasil tem a banda larga mais cara do mundo*. São Paulo: 19/10/2011. Disponível em: <http://convergenciadigital.uol.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=28112&sid=8>. Acesso em: 22/02/2013.

COSTA, Luciana Miranda. *O Pará nas Ondas do Rádio*. Disponível em: <http://www.oparanasondasdoradio.ufpa.br>. Acesso em 28/12/2012.

DELGADILLO, Karin e outros. *Telecentros comunitários para o desenvolvimento humano: lições sobre telecentros comunitários na América Latina e Caribe*. Quito, Fundação Chasquinet, novembro de 2002. Traduzido do original em espanhol: *Telecentros... ¿Para qué? – Lecciones sobre Telecentros Comunitarios en América Latina y el Caribe*. Tradução: Joyce Hurtado. Disponível em português em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2056044.PDF>. Acesso em: 23/02/2013.

FAPERJ. *Moradores do Santa Marta ganham acesso à internet sem fio e gratuita*. Rio de Janeiro, 12/03/2009. Disponível em: http://www.faperj.br/boletim_interna.phtml?obj_id=5281. Acesso em: 22/02/2013.

FERREIRA, Janilson in MALERBA, João. *Rádios Comunitárias 2.0: possibilidades e limites de uma rede de redes*. Rio de Janeiro: PPGCOM-UFRJ, 2009. Disponível em: <http://www.pos.eco.ufrj.br/>

FIELL. *História da Rádio Santa Marta em Livro*. Rio de Janeiro: LECC-UFRJ, 08/09/2011. Disponível em: <http://leccufrj.wordpress.com/2011/09/08/historia-da-radio-santa-marta-em-livro/>. Acesso em 14/02/2013.

FIELL. *Da favela para as favelas: história e experiência do repper Fiell*. Coletivo Visão da Favela Brasil. Rio de Janeiro, 2011.

FOLHA DE S. PAULO. *Número de usuários de internet aumenta 10% em um ano*. São Paulo, 2007. Com informações da Agência France Presse. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u21763.shtml>. Acesso em: 26/02/2013.

GLASER, Mark. *Collaborative Radio Shows Invite Listeners into Creative Process*. Media Shift, 2007. Disponível em: <http://www.pbs.org/mediashift/2007/06/collaborative-radio-shows-invite-listeners-into-creative-process164.html>. Acesso em 26/02/2013.

KAFKA, Franz. *O processo*. Tradução: GUIMARÃES. Torrieri. São Paulo: Martin Claret, 2007.

LANDELL, Roberto, In ALENCAR, Marcelo S.; LOPES, Waslon T. A.; ALENCAR. T. T. *O fantástico Padre Landell de Moura e a transmissão sem fio*. Instituto de Estudos Avançados em Comunicações (Iecom), 2000. Disponível em: http://www.memoriallandelldemoura.com.br/imagen/documentos/fantastico_landell.pdf. Acesso em 11 de dezembro de 2012.

LEMO, André. *Morte aos Portais*. Porto Alegre. Jun. 2002. Disponível em <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/portais.html>. Acesso em 28/06/2011.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LÉVY, Pierre. *As teorias do filósofo francês sobre cibercultura e inteligência coletiva são os temas centrais desta entrevista*. São Paulo: TV Cultura/Programa Roda Viva, 08/01/2001. Disponível em: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/47/entrevistados/pierre_levy_2001.htm. Acesso em: 23/02/2013.

LUZ, Dioclécio. *Portaria 465 (Norma 01/11) quer calar a voz das rádios comunitárias*. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Amarc Brasil, 12/12/2011. Disponível em: <http://amarcbrasil.org/portaria-462-norma-0111-quer-calar-a-voz-das-rádios-comunitarias/> Acesso em: 27 de fevereiro de 2012.

MACHADO, Arlindo. *Rádios Livres: a reforma agrária no ar*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986 (2ªed).

MALERBA, João Paulo in PAIVA, Raquel e SANTOS, Cristiano Henrique Ribeiro dos. *Comunidade e contra-hegemonia: rotas de comunicação alternativa*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2008.

MALERBA, João. *Rádios Comunitárias 2.0: possibilidades e limites de uma rede de redes*. PPGCOM-UFRJ. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.pos.eco.ufrj.br/>. Acesso em: 20/02/2013.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. *PNBL faz dois anos e aponta mercado em crescimento*. Telebrás: Brasília, 14/05/2012. Disponível em: <http://www.telebras.com.br/inst/?p=3971#more-3971>. Acesso em: 22/02/2013.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. *Rádio Comunitária*. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/acoes-e-programas/radiodifusao-comunitaria>. Acesso em 25/02/2013.

_____. *Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011*. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/component/content/article/273-lex/portarias/26285-portaria-n-462-de-14-de-outubro-de-2011>. Acesso em: 26/02/ 2013.

MOREIRA, Sônia Virgínia. *Rádio em Transição: tecnologias e leis nos Estados Unidos e no Brasil*, 2002 in COSTA, Luciana Miranda. *O Pará nas Ondas do Rádio*. Disponível em: <http://www.oparanasondasdoradio.ufpa.br>. Acesso em 28/12/2012.

NETO, Armando Coelho. *Brasilianas.org discute os mitos sobre as rádios comunitárias*. TV Brasil/Brasilianas.org, 18/02/2013. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/cidadania/galeria/videos/2013/02/brasilianasorg-discute-os-mitos-sobre-as-radios-comunitarias>. Acesso em: 24/02/2013.

NOGUEIRA, Ataliba in LOBO, Chico. *A mentira das interferências*. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/03/249607.shtml>. Acesso em 13/02/2013.

NÚCLEO PIRATININGA DE COMUNICAÇÃO. *Quem Somos*. Disponível em: <http://www.piratininga.org.br>. Acesso em: 02/02/2013.

OLIVEIRA, Jerry. *Brasilianas.org discute os mitos sobre as rádios comunitárias*. TV Brasil/Brasilianas.org, 18/02/2013. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/cidadania/galeria/videos/2013/02/brasilianasorg-discute-os-mitos-sobre-as-radios-comunitarias>. Acesso em: 24/02/2013.

O'RAIL, Tim. *What Is Web 2.0: Design Patterns and Business Models for the Next Generation of Software*. O'Neil Media, 2005. Disponível em: <http://oreilly.com/pub/a/web2/archive/what-is-web-20.html?page=1>. Acesso em: 15/02/13.

PAIVA, Raquel; GABBAY, Marcello in PAIVA, Raquel e SANTOS, Cristiano Henrique Ribeiro dos. *Comunidade e contra-hegemonia: rotas de comunicação alternativa*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2008.

PAIVA, Raquel. *O Espírito Comum - comunidade, mídia e globalismo*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003 (2ª ed.).

PAIVA, Raquel (Org). *O Retorno da Comunidade: os novos caminhos do social*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PAIVA, Raquel; SODRÉ, Muniz. *O seqüestro da fala comunitária*. Rio de Janeiro: ECO-PÓS, 2003. Disponível em: http://www.pos.eco.ufrj.br/docentes/publicacoes/rpaiva_osequestrodafala.pdf. Acesso em: 27/02/2013.

PAIVA, Raquel; SODRÉ, Muniz. *Truculência contra rádios comunitárias*. Rio de Janeiro: Observatório da Imprensa. Disponível: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/ipub021020021.htm>. Acesso em: 24/02/2013.

PAULINO, Fernando Oliveira et al. Projeto Dissonante: *Comunicação Comunitária pela internet*, In PERUZZO, Cicília M. K.; TUFETE, Thomas & CASANOVA, Jair Vegas (ed.). *Trazos de una otra comunicación en América Latina: prácticas comunitárias, teorías y demandas sociales*. Bogotá: Universidad del Norte, 2011.

PERUZZO, Cicília M. K. *Participação nas rádios comunitárias no Brasil* Braga: Universidade, 1998. Beira Interior. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/peruzzo-cicilia-radio-comunitaria-br.pdf>. Acesso em: 02/02/2013.

_____. *Direito à Comunicação Comunitária, participação popular e cidadania*. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, ano II, n.3, jul/dic. 2005. São Paulo: ALAIC. p.18-41. Disponível em: <http://www.alaic.net/revistaalaic/index.php/alaic/article/viewFile/145/166>. Acesso em: 20/02/2013.

_____. *Rádio comunitária na internet: empoderamento social das tecnologias*. Porto Alegre: PUCRS - Revista Famecos, v.30, p.115-125, 2006. Disponível em: <http://www.pucrs.br/famecos/pos/revfamecos/30/ciciliaperuzzo.pdf>. Acesso em: 15/02/2012.

_____. *Rádios Comunitárias no Brasil: da desobediência civil e particularidades às propostas aprovadas na CONFECOM*. Rio de Janeiro: GT Economia Política e Políticas de Comunicação, Encontro Anual da Compós - PUC-Rio, 2010. Disponível em: http://compos.com.puc-rio.br/media/g6_cicilia_peruzzo.pdf. Acesso em: 26/02/2013.

RÁDIO SANTA MARTA. *Rapper Fiell, ler estatuto da radio Santa Marta!*. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=qBI7ObWuTY&feature=plcp>. Acesso em: 14/11/2012.

REDE VIVA RIO. Cartilha 1: *Rádio Comunitária: o que é e como montar*. Disponível em: http://www.revira.org.br/pdf/CARTILHA_LIANA_1.pdf. Acesso em: 28/06/2011.

SALDANHA, Patrícia Gonçalves. *Piraí Wireless: uma experiência de Comunicação Comunitária via digital*. 2008, In PERUZZO, Cicília M. K.; TUFETE, Thomas & CASANOVA, Jair Vegas (ed.). *Trazos de una otra comunicación en América Latina: prácticas comunitárias, teorías y demandas sociales*. Bogotá: Universidad del Norte, 2011.

_____. *Telecentro Santa Marta: uma práxis de cidadania. Uma experiência comunitária rica e corajosa de resgate de território através das N. T. I. C. 's*. UNIrevista - Vol. 1, nº 3, julho 2006. Disponível em: http://www.unirevista.unisinos.br/pdf/UNIrev_Saldanha.PDF. Acesso em: 23/02/2013.

SAMPAIO, Mario Ferraz. *História do Rádio e Televisão no Brasil e no Mundo: memórias de um pioneiro*). Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

SANTOS, Sebastião. *Rádios Comunitárias*. Rio de Janeiro: Portal do Voluntário. Disponível em: <https://portaldovoluntario.v2v.net/posts/461>. Acesso em 13/02/2013.

SANTOS, Sebastião in SODRÉ, Muniz. *O Sequestro oficial da fala*. Rio de Janeiro: Observatório da Imprensa, 2003. Disponível: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/ipub041120031.htm>. Acesso em: 23/02/2013.

SILVA, Itamar. *Itamar Silva*. Rio de Janeiro: Ibase / Revista Democracia Viva, Nº42, 2009. Disponível em: http://www.ibase.br/userimages/DV42_entrevista_itamar.pdf. Acesso em: 3/05/2012

SILVA, Jailson de Souza e Silva. *A cultura da esperança*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2004. Disponível em: http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/acervo/view_text.php?id_text=10. Acesso em: 24/04/2013.

SILVA, Jailson de Souza e; ANSEL, Thiago Araujo. *Comunicação e Democracia nas favelas e espaços populares: levantamento de mídia alternativa*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2012. Disponível em: <http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/includes/publicacoes/1dadad6b4eb32fe32a718bd8c402a72c.pdf>>. Acesso em: 07/02/2013.

SILVA, Paulo Bernardo in AGÊNCIA BRASIL. *Ministério das Comunicações e entidades públicas vão capacitar profissionais de rádios comunitárias*. Brasília: 26/09/2011. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-09-26/ministerio-das-comunicacoes-e-entidades-publicas-vaio-capacitar-profissionais-de-radios-comunitarias>. Acesso em: 27/02/2012.

SOUZA, Sérgio Augusto Freitas. *A Internet e o ensino de línguas estrangeiras*. Linguagem & Ensino, Vol. 2, No. 1 (p. 139-172). Amazonas: Universidade do Amazonas, 1999. Disponível em: <http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rle/article/view/295/261>. Acesso em 23/02/2013.

TAS, M. *O aniversário do estouro da bolha da Internet*. O Estado de São Paulo: São Paulo, 02 maio 2005. Caderno Link, In SANTOS, Heloísa Mônaco dos. *Alinhamento estratégico entre negócio e tecnologia de informação na perspectiva da teoria ator-rede: o caso da Internet em um banco Brasileiro*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2005. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2237/88649.pdf?sequence=2>. Acesso em: 16/02/13.

TEIXEIRA, Milton. *Morro Santa Marta*. Rio de Janeiro: Amab. Disponível em: http://amabotafogo.org.br/historia/santa_marta.asp Acesso em: 12/11/2012.

VALENTE, Jonas. *Na comunicação, a armadilha do medo*. Brasília: Brasil de Fato, 10/01/2013. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/11519>. Acesso em 13/02/2013.

VIRÍSSIMO, Vivian de Azevedo. *Apuração jornalística na Internet: potencialidades e limites*. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo - VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo UESP: São Paulo, novembro de 2008. Disponível em: http://www.lapjor.cce.ufsc.br/home/index.php?option=com_k2&view=item&id=149:apura%C3%A7%C3%A3o-jornal%C3%ADstica-na-internet-potencialidades-e-limites&Itemid=22. Acesso em 28/11/2012.

WILLIAMS, Trevor I. *História das Invenções: do machado de pedra às tecnologias da informação*. Tradução: ANTUNES, Cristina. Belo Horizonte: Gutenberg, 2009.

ZAMITH, Fernando. *O primeiro e-mail foi escrito há 40 anos*. Portugal: Agência Lusa, 2009. Disponível em: http://www.dn.pt/inicio/ciencia/interior.aspx?content_id=1401633&seccao=Tecnologia&page=-1. Acesso em 01/01/2013.

7. Anexo: fotos de visita de campo



Verônica Maia, Repper Fiel e Nathália Ronfini no Bar cultural do Zé Baixinho. A viela ao fundo é o caminho para a rádio (23/09/11).



Repper Fiel próximo à mesa de transmissão da Rádio Santa Marta (23/09/11). Imagem: Nathália Ronfini.



Repper Fiel e Nathália Ronfini na Rádio Santa Marta (23/09/11) / Imagem: Verônica Maia.



Repper Fiel e Verônica Maia na Rádio Santa Marta (23/09/11) / Imagem: Nathália Ronfini.



Ante-sala da Rádio Santa Marta (23/09/11) / Imagem: Nathália Ronfini.



Biblioteca da Rádio Santa Marta (23/09/11) / Imagem: Nathália Ronfini.



Repper Fiel na Ante-sala da Rádio Santa Marta mostrando publicações contra-hegemônicas que ele participa da distribuição (23/09/11) / Imagem: Nathália Ronfini.



Guilherme, no beco próximo a Rádio Santa Marta (23/09/11) / Imagem: Nathália Ronfini.



Sábado de manhã, no Morro Santa Marta (23/09/11) / Imagem: Nathália Ronfini.